

Revolução

ESPANHA

o fascismo está aí!

ANGOLA

TIMOR

revolucionários presos

Marinha

R.A.C.

Azambuja

análise do discurso de A. Cunhal

Cunhal/panda

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO

PARTICIPAÇÃO DOS LEITORES

A «SANTA ALIANÇA PRÓ-FASCISMO»

Porta-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

Camaradas
A "Santa Aliança Pró-Fascismo" fez no dia 9 um comício no Terreiro do Paço. Com o desespero que é próprio de uma direita sem força para impôr aos trabalhadores a sua vontade assassina, clamou para quem a quiz ouvir o seu horror ao socialismo sem aspas.

Reunindo no Terreiro do Paço 13 da sua lotação possível, constituído por pessoas que se deslocaram em automóveis de boas marcas e cheiravam a perfume de Paris, os fascistas do CDS e do PPD e a camarilha de Mário Soares, imunda traidora do povo português e fiel laiaia do capitalismo-imperialismo internacional, agarrados como sanguessugas a um primeiro ministro desesperado por os trabalhadores terem já desmascarado a sua política de traição ao socialismo e de repressão, agarram-se a um governo em queda irresistível, mostram os dentes e batem palmas.

A boa maneira de Salazar, o arrepiante discurso de P. de Azevedo termina com apelos à ordem, disciplina, trabalho, Camões e Pátria, velhos vocativos de conceitos burgueses reaccionários a que não faltou o hino nacional a fechar o arrazoado (só faltou a saudação "heil Hitler").

Camaradas,
Isto que eu disse já vocês o sabem melhor do que eu. O que me preocupa é que eu vi nesse dia no Terreiro do Paço trabalhadores sem aspas e de boa fé.

No dia 16 houve uma manifestação no T. do Paço, essa sim transformando-o no Terreiro do Povo porque lá era só gente que havia e não cabia lá toda. A "minoría", que são os que trabalham, mostraram àquela cambada da "maioría" quantos são, e como não precisam de jogos de câmaras de TV para o mostrarem.

Aqueles trabalhadores não foram em carros automóveis, mas a pé, de eléctrico e em tractores ou camiónes. Não cheiravam a perfume mas a suor, não traziam sapatos de saltos gigantes, mas botas, talvez se enganassem a dizer uma palavra, mas sabiam o que não queriam — o capitalismo.

Efectivamente, os governos da burguesia e do capital, seja qual for o selo que usem e a ordem numérica em que se inscrevam, sabem hoje que só pela repressão poderão governar. Mas também devem saber que os trabalhadores e os revolucionários responderão à violência reaccionária com a violência revolucionária. E isto vem pôr com premência a questão do Poder, a questão da Revolução Socialista.

Porque, camaradas, eu não gostei do que vi no dia 16.

Era uma manifestação unitária convocada pela CT's da cintura industrial de Lisboa, a que aderiram muitos camponeses?

Posto isto, eu esperava ver uma grande jornada de luta em que seriam gritadas palavras de ordem de cunho revolucionário, que pusessem em causa tudo o que emana do Poder e Estado burgueses. Que pusessem a questão do Poder, da Revolução Socialista. Esperava ver operários, camponeses e outros trabalhadores com eles, a dirigirem-se em termos de classes revolucionárias a uma multidão de trabalhadores que não foram ali para passear.

Esperava ver só bandeiras vermelhas e cantar a Internacional. E que vi?

A hora tardia em que começou a manifestação, dando azo à RTP de fugir do Terreiro do Paço logo que a luz do dia começou a escassear.

A desorganização que, se bem que difícil é possível, expressa no

desfile, dando oportunidade a que os provocadores actuassem.

A existência de bandeiras partidárias (PCP), nacionais e do "MFA".

Palavras de ordem insuficientes e incorrectas, como friso sem entusiasmo crítico um comunicado da FUR.

Erguida bem alto no T. do Paço, na ponta de uma máquina, símbolo da força da classe operária, uma bandeira nacional (!) cuja ascensão foi saudada com o som do hino nacional (!). Então, começa-se onde a direita tinha acabado? Era aquela manifestação a continuação ou devia ser a resposta à anterior?

José Viana pode ser bom actor, até pode ter piada o que diz, mas a Revolução Socialista não se faz com cravos nem se fará com piadas, folclore, festas e sorrisos.

Quando será que o PCP deixa de estender a mão e pactuar com aqueles que querem sugar os trabalhadores? Quando será que os reformistas deixam o seu sectarismo, dogmatismo e pragmatismo? Quando será que deixam de utilizar as grandes mobilizações para o serviço da sua política de "Democracia rumo ao socialismo", de conciliação de classes, de controleirite feita em gabinetes e ao apoio, saudosismo e pretenso desenterra de pessoas (Vasco-Cos-

ta Martins), governos (V) e entidades (MFA) para os colocar ao seu serviço burocrático?

Quando será que os reformistas compreendem que estão a roer a possibilidade imediata do socialismo em Portugal?

Talvez eles não tenham de compreender porque talvez saibam bem o que fazem e não possam pensar de outra maneira...

Então, é necessário que todos os revolucionários trabalhem para que os trabalhadores percebam o que lhes interessa. Deste modo, tal como as nádegas de caviar, lagosta e úlsque de Mário Soares caberão no penico que a História reserva aos da laia dele, também a táctica incorrecta e perigosa dos reformistas, terá o que merece.

CAMARADAS,

MORTE A ESCUMALHA
INSURREIÇÃO ARMADA!
FORA COM A CANALHA, O PODER A QUEM TRABALHA!
UNIR, ORGANIZAR, ARMAR O PODER POPULAR!
EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!
VIVA A DITADURA DO PROLETARIADO!
VIVA O COMUNISMO!

Saudações revolucionárias.
M.

SEDES

- ALGÉS — Rua Vitor Duarte Pedroso, 15 — Algés de Cima — Telef. 2100337
- AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, 40 — Telef. 939525
- ARGEA — Telef. 0049/92169
- BARREIRO — Rua Dr. Eusébio Leão, 31 — Telef. 2076745
- BEJA — Rua Alexandre Herculano, 29 — Telef. 0079/24594
- CASTELO BRANCO — Alameda da Liberdade, 16
- COIMBRA — Rua Eca de Queiróz, nº33
- COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, 10 — Telef. 2763267/2763397/2763122
- COVILHÁ — Rua Visconde da Coriscada, 80
- ÉVORA — Largo do Chão das Covas, 21 — Telef. 24998
- FARO — Rua Dr. Cândido Guerreiro, 35
- FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio
- LAVRADIO — Rua Dr. José Carcano Lobo, 12
- LISBOA — Sede Central do Partido — Rua Castilho, 70 — Telef. 48119/573520/573640
- JORNAL "REVOLUÇÃO" — Rua Castilho, 70
- ORGANIZAÇÃO REGIONAL DE LISBOA — Av. da República, 40
- LOULE — Av. José da Costa Mealha, 39-1.ª — Telef. 0089/63043
- MARINHA GRANDE — Rua Marquês de Pombal, 65
- OLHÃO — Rua 18 de Junho, 64 B-C
- PARADE — R. Gomes Freire de Andrade, 1 — Telef. 2474142
- PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17
- PORTO — Rua Álvares Cabral, 110 — Telef. 315759/315786
- S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Afreixo, 142
- SACAVEM — Largo 5 de Outubro, 16-17 — Telef. 2512807
- SETUBAL — Colégio Frei Agostinho da Cruz — Rua Jorge de Sousa
- VIANA DO CASTELO — Rua José Esparguera — Telef. 22558

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro, 68 — Telef. 770017

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME
MORADA
LOCALIDADE
PROFISSÃO

ASSINATURA: Semestral — 90\$00
— 185\$00

PAGAMENTO: Em cheque
Em Vale

MARINHA

Quem negociou com a reacção?

— As praças estão com a revolução

A posição da Marinha no 25 de Novembro, pedra importante do xadrez reformista ainda está por clarificar. Desde o seu envolvimento através dos conselheiros da revolução da Armada, dando inicialmente o seu apoio verbal aos páras, até às movimentações de fragatas na costa portuguesa... Depois do compromisso assumido no Conselho da Revolução quando se apercebem do perigo que uma movimentação da esquerda militar poderia desencadear a nível da classe operária e dos camponeses e dos soldados onde eles próprios seriam ultrapassados nesse processo. E é aí que os srs. oficiais ditos "revolucionários" utilizando as formas mais subtis e demagógicas, traíram os marinheiros e fuzileiros impedindo estes camaradas de avançar coordenadamente com as massas trabalhadoras armadas no desencadear dum processo insurreccional.

Para que fique clara a posição das praças da armada, Revolução ouviu um camarada fuza.

REV — Qual a posição da Marinha antes de se iniciar as movimentações dos páras?

FUZA — Tivemos conhecimento oficial que a marinha tinha tomado a posição de apoio aos páras. Houve uma reunião de sargentos e praças que fazem parte do secretariado do MFA antes da reunião do Conselho da Revolução onde foi decidido estarem com os páras, e de entrar de prevenção rigorosa. Ai começamos a organizar-nos na perspectiva de defesa ou de ataque se necessário, necessário.

Por volta das 2 da manhã tomamos conhecimento que os elementos do Conselho da Revolução da Armada que no C.R. se tinha decidido que a Marinha ficava neutra. Isto foi uma traição por parte dos conselheiros, e é significativo para que fique claro que não foram as praças que recuaram mas sim os srs. oficiais ditos revolucionários.

REV — Há de facto um envolvimento por parte da Marinha, através dos conselheiros da Marinha que provoca movimentações para o Norte do País (Cortegeça), Algarve e no Tejo. Depois há um recuo em relação a essas posições, recuo esse originado pelo compromisso conciliatório dos oficiais no C.R. podes descrever esse processo?

FUZA — Certo. Isso está mais do que visto pois foram os oficiais que em certa altura recuaram e não as praças, só quem não esteve junto a nós e houve trabalhadores que estiveram tanto no Alfeite como nos fuzileiros que podem testemunhar que não foram as praças nem os sargentos e alguns oficiais revolucionários, nós estávamos prontos a sair para a rua no caso dos páras serem atacados. Se não fosse essa posição dos conselheiros, os comandos da Amadora nem sequer tinham saído do quartel.

REV — A natureza deste processo golpista por parte do PC teve o objectivo de destruir a esquerda revolucionária tanto a nível militar

como a nível civil. Pensas que a origem do recuo tenha sido provocada quando eles se aperceberam que se a Marinha com outras unidades de força e com o levantamento de trabalhadores armados, os objectivos primários do PC seriam ultrapassados num processo insurreccional que levaria à tomada do poder pelos trabalhadores. Será esta a razão por parte desses oficiais?

FUZA — Claro que os oficiais que estiveram envolvidos nesse processo pensaram que isto iria só até certo ponto, que era o afastamento dos militares e unidades revolucionárias que o PC não controlava, e que os seus privilégios de classe não eram atingidos. Quando eles se aperceberam desse perigo, que no avanço do processo eles eram ultrapassados isso não lhes interessava porque a maior parte dos oficiais da Marinha e também de outros ramos são apenas anti-fascistas e não consequentemente anti-capitalistas.

REV — No Alfeite foi alguma vez posto o problema do armamento dos trabalhadores? Mesmo sabendo da posição neutra dos conselheiros da armada?

FUZA — Sim. De facto o problema foi posto. Os trabalhadores não foram armados porque nós não saíamos, não iamos armar os trabalhadores e nós ficamos dentro dos quartéis. Se de facto se concretizasse a nossa saída havia cerca de 600 homens armados, forças de desembarque ali estacionadas estavam prontas a actuar e então aí se armariam centenas de trabalhadores.

REV — Depois de terem conhecimento que esses oficiais tinham recuado qual a razão porque vocês praças não desencadearam um processo para tomar a unidade e formar um comando revolucionário de praças? Será que isto se deve à deficiente organização das praças da Marinha nomeadamente à CDAP que é um movimento mais reivindicativo do que sobre a perspectiva da tomada e controle das unidades todos os níveis.



Em Tancos esperava-se a ajuda dos «Fuzas»...

...que não chegou

FUZA — Este recuo, o que trouxe talvez de proveitoso é a lição que dá às praças e a todos os revolucionários da Marinha que não há de facto uma organização autónoma que seja capaz de tomar a iniciativa de se organizar e formar um comando e trazer a si o controle das operações. A falha que houve foi não haver esse tal comando porque as notícias chegavam-nos bastante distorcidas e nós estávamos bastante mal informados sobre a situação no exterior. A realidade é que a organização de praças da armada tem andado até agora a reboque dos oficiais especialmente dos conselheiros da revolução. O que esses oficiais diziam era o que a organização de praças fazia, logo que os oficiais disseram que a Marinha ficava neutra e como não havia organização para superar e formar um comando não tivemos capacidade para mobilizar e para tomar a iniciativa.

REV — Qual é a perspectiva de organização daqui para a frente para as praças para que não fiquem submetido aos golpismos dos oficiais na perspectiva da revolução socialista e da insurreição armada?

SOL — Nós necessitamos de uma organização verdadeiramente autónoma, isto não significa que nela não estejam integrados sargentos e oficiais desde que eles façam a sua opção de classe. Esta a razão porque eles não foram para a frente. Devemos organizar na perspectiva da tomada do poder pelos trabalhadores, isso é o que é necessário.

REV — Depois destes acontecimentos a burguesia militarista começou a reprimir as praças e especialmente aqueles que tomaram posições mais activas. Até que ponto essa repressão se está a desenvolver a nível da Marinha?

FUZA — Desde que se iniciou, foram presos e passaram a licença registada praças e oficiais que

tenho a certeza que não estiveram envolvidos em nada, só porque na unidade tomavam posições revolucionárias.

REV — Qual era a tua opinião sobre o comando naval do continente e qual a sua posição no desenrolar deste processo?

FUZA — Penso que esse foi um dos que também foi traído. É talvez um dos poucos oficiais re-

volucionários existentes na Marinha. Ele como as praças, estava disposto a agir, lógico que neste momento se encontra preso e acusado pelos fascistas de contra-revolucionário. Apesar de alguns verdadeiros revolucionários estarem presos é bom que outros estejam para aprenderem que o seu compromisso com os reformistas os leva não só a traír a classe como também a serem eles próprios traídos.

P. M.

Continuar a luta até à vitória final

Os militares da PM a fim de coordenarem as lutas que vão levar a cabo ao lado da classe operária constituíram uma comissão de luta.

Divulgaram, até ao momento, quatro comunicados em que denunciam o golpe de direita que se abate e desenvolve sobre as massas trabalhadoras. Assim salientam:

"O golpe de direita em marcha, preparado pelas forças mais reacconárias da burguesia nacional e pelo grande capital americano e europeu, sob a direcção da CIA e seus agentes no nosso país, para impôr ao nosso Povo o regresso ao fascismo. Por isso o quartel-general do golpe, instalado no Regimento de Comandos da Amadora, dispunha de todos os meios, com equipas de comando reacconário prontas a instalar-se nas unidades a abater (caso evidente do RPM) e até de uma central para escutas telefónicas montada pela ITT. Aliás, a IBM-ITT foi ao ponto de enviar aos comandos mortos coroas de flores "como agradecimento pelo seu contributo em defesa da liberdade".

Mais adiante, afirmam:

"Utilizando os mais indignos e baixos métodos "através dos "orgãos de informação controlados servem-se dos melhores sentimentos do nosso povo para o intoxicar com acusações falsas e miseráveis".

E continuam:

"Apelidam de contra-revolucionários os militares que já deram subejas provas de estar ao lado da classe operária e do povo trabalhador".

Alertam que "este golpe militar de direita vem cavar onde se irá implatar uma política repressiva, anti-popular e de continuação da exploração da classe operária e das massas trabalhadoras".

Mostram assim os soldados da PM estarem dispostos a continuarem a luta até à vitória final.

R. A. C.

O oportunismo do P. C. não poupa as suas unidades

O R.A.C. de Oeiras também estava nos planos operacionais da direita (CIA) de aniquilamento dos militares revolucionários e das unidades que pela sua prática tinham demonstrado estar ao lado das massas trabalhadoras. De frisar que o RAC fora uma unidade dominada ideologicamente pelo reformismo e que o seu oportunismo golpista não poupou os seus militares nem as suas próprias unidades. O RAC foi a última unidade a ser ocupada pelas forças contra-revolucionárias dos comandos da Amadora. Sobre a sua rendição ouvimos um camarada soldado.

REV- Podes fazer-nos uma descrição dos acontecimentos a partir de Terça-Feira (dia 25), o conhecimento que vocês tinham do que se passava lá fora?

SOLD— Primeiramente vou referir-me ao Comando em si. O Comando foi colocado na Unidade em substituição de um outro, com todo o apoio de soldados, sargentos e oficiais que lá estavam. Este apoio por todas as baterias do RAC excepto Parede e Alcabideche. Isto para focar que a Parede e Alcabideche vão ter um papel importante na rendição do RAC.

REV— Isto quer dizer que Parede e Alcabideche tinham comandos reaccionários?

SOLD — Sim e faziam reuniões com dois maiores do RAC (Vitor Santos e Graça) e capitães Pacheco e Anselmo e o alferes Ramos.

A terça-feira decorreu em expectativa, formaram-se dentro da bateria de comandos e serviços 3 pelotões com oficiais sargentos e praças para que não estava de serviço se ir deitar para não dispendermos energia pois a coisa podia durar vários dias.

REV — Nessa altura já tinham algum conhecimento do que se estava a passar no GDACI?

SOLD — Com os paraquedistas nós já sabíamos o que se passava. Sabíamos que o Otel tinha dito que apoiava monetariamente os paraquedistas até ao fim do ano e que foi devido a isso precisamente que entramos de vigilância reforçada, depois de prevenção rigorosa por nossa iniciativa recebendo uma mensagem cerca das 2,15 para nos rendermos.

REV — Onde vem essa mensagem?

SOLD — Essa mensagem vinha dos comandos da Amadora.

Entretanto de quarto em quarto de hora iam recebendo ultimos dos comandos através da Bateria da Parede para nos rendermos, uma vez que eramos a última unidade a nos rendermos, visto o RALIS e a PM se terem rendido e para nos pormos sob os ordens do Presidente da República. Pelas 6,15 chegou uma mensagem que se até às 6,30 não nos rendessemos eles bombardeavam o quartel.

REV — Vocês organizaram-se de alguma forma (comando com soldados), tinham algum serviço de contra-informação sobre da mesma, mas como só tínhamos um quarto de hora o comando decidiu a rendição para não irmos para a confrontação armada, tanto mais que sabíamos que as G 3 não chegavam para todos e grande parte delas não funcionavam. Era portanto arriscado irmos para a rua sem sabermos o que se passava nas outras unidades.

REV — A decisão de rendição é já na manhã de quarta-feira. Houve durante a noite qualquer mobilização por parte dos órgãos de

Poder Popular da área em apoio à luta dos soldados?

SOLD — Durante terça-feira as comissões de moradores e de trabalhadores apoiavam como é o caso da fundição de Oeiras, que tinha decidido em plenário ir para a porta do quartel, após a saída da fábrica. Sucede que dois elementos do PC que lá se encontravam, incitava-os a irem para o Sindicato ou para casa, porque a hora não era tão grave como aparentava, deviam estar vigilantes mas não estarem à porta do quartel. A partir daí houve uma desmobilização total.

REV — Houve alguma reacção por parte dos soldados para contrariar essa directiva por parte do praça do PC aos órgãos de Poder Popular?

SOLD — Não houve foi tudo muito rápido e espontâneo. O comando resolveu então ir entregar-se à Presidência da República e entretanto é dito em chamada telefónica da Parede para nós rendermos o comandante. Mediante a nossa negação e dito

ao comandante para nomear um comandante interino. Até à altura sabia-se que a unidade estava detida às ordens do comandante interino e que as praças iriam passar à disponibilidade e os culpados seriam enviados ao Q.G. da Amadora.

REV — Foi-vos informado qual o critério de escolha entre os que tinham culpa e os que não tinham?

SOLD — Isso foi feito através da existência de uma lista que nós pensamos que já antes do dia 25 ela estava a ser feita e como não tínhamos provas não podíamos fazer nada contra o alferes Ramos que julgamos ser o autor. Foi-nos dito que essa lista estava no COPCON.

REV — Que aconteceu depois?

SOLD — Logo depois do almoço foi dito que os camaradas iriam apresentar-se no Q. G. da Amadora. Devido à pressão que os soldados fizeram eles acabaram por não ir e passaram à disponibilidade pois segundo informações que tínhamos estes activistas iriam ser todos presos.

REV — O que aconteceu às restantes praças?

SOLD — Continuaram a trabalhar

na mesma quarta-feira de manhã as praças fazem um plenário decidido que nunca sairiam para a confrontação armada e não continuariam o trabalho enquanto não soubessem o que era feito do comando e dos outros camaradas.

Nessa tarde por volta das 4 horas, um grupo reúne com o 2.º comandante e é-lhe perguntado qual a sua posição política, e se ele tinha assinado o documento dos "9". Ele diz que sim e que concordava com a sua actuação. Por volta das 9,30 é convocado um plenário pelo 2.º Comandante onde põe à votação quem está e quem não está com o comando. A grande maioria não está, logo ele diz que passam à licença registada. Cerca das 2 da manhã aparecem os comandos, nessa altura o quartel já estava cercado pelos militares da parede.

REV — Não havia por parte dos praças da Parede uma solidariedade convosco?

SOLD— Não...Eu penso que eles estavam a ser manobrados pelo comando. Os comandos entram como de costume, talvez comandados pelo Morais e Silva que diz que isto de plenários acabou. Que os oficiais é quem mandam. Agora disparamos, esmagamos o inimigo e depois fazemos perguntas. Dizem que foram lá porque nós andávamos aos tiros.

REV — Pensam organizar-se para alguma forma de luta daqui para a frente?

SOLD — Sim. Foi eleito um Comité de luta, que se está a organizar para se desenvolver um processo de resistência.

FASCISTAS LEVANTAM A VOZ

Recebemos um comunicado da Comissão Revolucionária de Moradores de Nevogilde - Porto, o qual denuncia como os fascistas já se sentem protegidos e actuam.

"Num prédio da Av. Brasil, n.º 7 97 cave, vive um casal de trabalhadores há três anos. A mulher é porteira faz a limpeza do prédio e vai ainda a casa dos donos deste, fazer a limpeza e outros serviços pelo miserio ordenado de 100000 men. Como complemento, para além do ordenado e por contrato têm direito a habitar a casa do referido prédio. Entretanto e só porque a sra. Maria Gomes se tivesse sindicalizado (abstemo-nos de analisar que genero de sindicato temos neste momento), os patrões exploradores, numa atitude fascista logo quiseram despedir a empregada em causa e desalojá-la da cave que habita, porque a sra. Maria Gomes não se considera despedida pois o motivo indicado pelos patrões fascistas não é uma justa causa, continuou na casa, estando a correr o processo no Sindicato e no Ministério do Trabalho. Na semana passada, a patroa fascista, criminosamente acompanhada de vários lacaios seus veio a casa da sra. Maria Gomes e retirou duas portas, sendo uma delas a da entrada, e destruiu completamente a casa de banho talvez com a intenção de alegar que a cave não é uma casa de habitação. A C.R. Moradores, desde logo entrou em contacto com a patroa fascista e não se chegou a qualquer acordo, para a legalização da casa (não existe contrato de arrendamento), ficando ela de enviar à nossa sede num dia certo, o seu advogado para se tratar da respectiva legalização. Nesse mesmo dia, em vez de enviar o advogado, veio ela acompanhada de alguns lacaios seus, acabar de destruir a casa de banho chegando a destruir as canalizações e a luz, e cimentando as respectivas canalizações.

Estes assassinos e criminosos fascistas já solta, os patrões, são também os donos do prédio, o casal de burgueses fascistas "dr." José Teixeira Bastos e "sra." "D." Maria de Lurdes, moram na Av.

Antunes Guimarães n.º 197 que é um palácio com piscina e tudo. Ele foi professor no colégio elitista e burguês que era o Br otero, e sócio da fábrica Leonesa.

Ainda no seu comunicado denunciam a protecção que a PSP faz aos lacaios do capitalismo.

"A PSP contactada no mesmo dia (esquadra da Foz), logo acusou a referida patroa de fascista e condenou estes actos de criminosos, mas no dia seguinte um capitão da PSP foi a casa da sra. Maria Gomes ameaçando-a para sair de lá no prazo de oito dias. Mas camaradas, nós trabalhadores é que pagamos tudo, inclusivé a PSP, e em vez de termos uma policia ao serviço do povo temos uma policia reprimir-nos e ao serviço da burguesia exploradora e opressora, neste caso ao serviço de fascistas."

Termina a Comissão Revolucionária de Moradores de Nevogilde - Porto o seu comunicado, apelando para a organização dos trabalhadores com o fim da tomada do poder e esmagamento do fascismo.

"Camaradas, este caso não surge por acaso!

Isto surge, numa altura em que a burguesia e os fascistas levantam cabeça e tentam travar a nossa luta, para nos oprimirem e explorarem cada vez mais. Mas contudo, este caso tem o seu lado bom que é o de nos mostrar a necessidade de nos organizarmos à volta da nossa comissão e não só para defendermos as nossas conquistas já alcançadas e exigirmos coisas concretas, como casas decentes para o povo, legalização das casas ocupadas, etc... e avançarmos para a tomada do poder pelos trabalhadores e acabar de uma vez para sempre com a exploração do homem pelo homem, instaurando a sociedade socialista que todos os trabalhadores desejam pois sabemos que não é com mais governos provisórios que os nossos problemas se resolvem, mas sim com os trabalhadores no poder. Para isso, precisamos de nos organizar e já!

A TÁCTICA E ESTRATÉGIA DA DIRECÇÃO DO P. C. P.

ANÁLISE

DO DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL

Temos por hábito e critério não insultar pessoas, nem argumentar com palavras em relação aos líderes políticos dos outros partidos. Ninguém nos apanhou a falar do "barreirinhas" ou de qualquer

modo a substituir a argumentação pelo insulto. E assim continuamos, pelo respeito que nos merecem os trabalhadores que nos lêem. É portanto uma análise política tão fria quanto possível que fazemos ao

discurso de Cunhal. Mas não podemos deixar de dizer à cabeça, que esse discurso é uma peça monstruosa no movimento operário, é um modelo de oportunismo e de cinismo. Tem uma vantagem: explica tudo.



A ACUSAÇÃO DOS «SUBLEVADOS» (OS ESQUERDISTAS)

A respeito do 25 de Novembro, o Secretário Geral do PC alinha portanto pela tese oficial e fala dos "militares sublevados" (os de esquerda) e nos que "dominaram a sublevação" (os de direita), dizendo a respeito dos primeiros:

"Com a esquerda militar e com certos sectores políticos de esquerda, sucedeu, em sentido inverso, coisa parecida. Esses sectores na sua luta contra a direita, aliaram-se com sectores esquerdistas pseudo-revolucionários, cujo radicalismo, divisionismo, exaltação verbal, voltada para uma solução de forças do tipo putchista, contribuiu para dificultar e de certo modo impedir uma solução política da crise, tal como o Partido Comunista defendia, através da negociação e reunificação do MFA, e de uma remodelação dos órgãos de poder."

E mais adiante falando dos obstáculos à reunificação do MFA, vindos da direita e da esquerda:

AS ALTAS PROTECÇÕES

Tem pois este dirigente político a desvergonha de falar em "fortalecidos por altas protecções" quando é por demais conhecido o hábito deste partido desde o 25 de Abril de se pôr à sombra de personalidades militares. Ninguém esquece o uso e abuso que fizeram de Vasco Gonçalves, para depois o deitarem no cesto dos papéis. Já se vai esquecendo (mas os jornais de altura ainda existem) o aval dado ao Almirante Pinheiro de Azevedo, logo que este tomou posse e antes que os comesse a gozar abertamente. E é recente o aval dado ao Presidente da República, debaixo da asa do qual já se colocava, como bem demonstrou a manifestação de Belém do dia 20 de Novembro. E é ainda de lembrar o namoro que nos últimos meses o PC fazia ao Otelo Saraiva de Carvalho, mudando completamente o tom insultuoso que tivera pouco antes.

"Outro obstáculo talvez ainda maior veio de sectores e elementos esquerdistas nas forças armadas que chegaram a ter influência real em algumas unidades,

Esses sectores opunham-se frontalmente a qualquer negociação com os nove ou com os círculos a eles afectos, ou com sectores moderados, que consideravam fascistas e reacţionários. Bastou o facto do PCP ter proposto negociar para alguns nos acusarem de traição. Não viam qualquer interesse no reforço das posições revolucionárias no Conselho da Revolução e consideravam este o Conselho da Contra-Revolução. Não aceitavam discutir qualquer plataforma política, julgando que as forças militares pretendiam impor a sua própria plataforma sectária inaceitável num estilo de querer igual ao nosso.

Conduziam a uma contestação global do quadro permanente, o que facilitou a deslocação para a direita de militares, oficiais e sargentos, muitos dos quais podiam ser ganhos para a revolução e aos quais a reacção produziu inspirar o

PARA ESTA DIRECÇÃO É NECESSÁRIO ENTERRAR OS MORTOS

O dirigente do PCP, sacode depois a água do capote em relação ao 25 de Novembro e nem sequer admite qualquer participação nos acontecimentos. Acusa os "esquerdistas" de "putchismo" e de "golpe" e pretende fazer esquecer as prisões de militares ligados ao PCP, acontecidas 10 dias depois das primeiras prisões e que parecem ser consequências de "confissões" ou de "inquérito". De resto, a direcção do PCP esquece facilmente os seus homens metidos na prisão e não se aflige nada de passar a considerar "esquerdistas" militares como Judas, Contreiras, Varela Gomes, Costa Martins.

Lava as mãos dos acontecimentos e, como um juiz declara:

"Além do mais como já sublinhamos a tragédia da revolução

espírito de conservação e a ideia da necessidade de eliminar militarmente as forças de esquerda.

Essas forças políticas orientavam-se sucessivamente no sentido do putch e da aventura. A sua tática era a de pôr toda a esquerda perante factos consumados, perante decisões irreversíveis, de modo a colocar atrás de si e a reboque, sem outra solução, as restantes forças progressistas."

Tal como na versão oficial fornecida ao país pelo Presidente da República a 26/11/75 também o Secretário-Geral do PCP liga esses militares "esquerdistas" aos "esquerdistas" civis e diz desses entre outras coisas:

"Fortalecidos por altas protecções, à sombra das quais viviam certos pequenos grupos políticos, empurravam obstinadamente os seus amigos no sentido do "putche" e da aventura. A sua tática era pôr toda a esquerda perante factos consumados, perante decisões irreversíveis, de modo a colocar atrás de si e a reboque sem outra solução todas as forças progressistas."

portuguesa, foi que, em 25 de Novembro se encontravam de um lado e de outro militares que poderiam e, acrescentamos, deveriam, ter-se entendido, para uma solução política da crise que se agravava dia a dia."

Em seguida, friamente, segue adiante, esquece os militares revolucionários, esquece que toda a esquerda militar foi destruída, calca aos pés os seus próprios militantes presos e prepara-se para novas alianças:

"Por paradoxal que pareça, a derrota da esquerda militar, pelos trágicos ensinamentos que trás e pelos perigos imediatos que levanta cria condições novas para a unidade das forças interessadas na salvaguarda das liberdades, e da democracia, da revolução."

E TRATAR DOS VIVOS... AS

NOVAS ALIANÇAS

E passa a encontrar novos amigos:

"Nas Forças Armadas, em sectores e elementos até agora quase alheios ao MFA, desenvolve-se um sentimento de defesa ao avanço da reacção, à arrogância triunfalista do PPD e de toda a direita civil reacţionária: desenvolve-se o brio militar para defender o país da violência contra-revolucionária, de fazer respeitar o exercício das liberdades e direitos de cidadãos, de garantir a ordem democrática para que a nova democracia seja construída em paz, tranquilidade e segurança."

Convidando os que estão presos a conciliarem-se com os que os prenderam.

"Porque assim pensamos, queremos que seria um erro fatal se hoje se estabelecesse uma divisão definitiva e irremediável, entre os militares sublevados e os que dominaram a sublevação: entre os vários sectores do MFA, por muito violentas que tenham sido as divergências e os confrontos."

Quanto aos civis, presta-se rapidamente a uma ampla viragem à direita e diz do PS:

"Sempre afirmámos que um forte Partido Socialista podia ter na construção de um Portugal democrático um papel importante a desempenhar."

O Secretário-Geral do PCP, membro da direcção que foi capaz de mobilizar os seus militantes para fazer barragens às bases do PS que vinham aos comícios do seu partido, dispondo-se a provocar confrontos entre trabalhadores, fala como se nada se tivesse passado. A direcção desse partido que

foi capaz de destilar ódio nos órgãos de informação que controlava, que atrou com homens para a direita, que conseguiu provocar uma doença que é o "antipêncêpismo", pelo sectarismo e autoritarismo que sempre empregou, diz calmamente que:

"E nessa altura que se dá a grave cisão do MFA, com a acentuação do sectarismo no sector da esquerda, e com a formação do grupo dos Nove que entra em luta contra aqueles. Esta cisão, e o conflito que abriu e aprofundou, está na origem da perda da autoridade e de força do MFA, da multiplicação das suas contradições internas, e progressivo enfraquecimento."

E mais adiante:

"Creio poder também afirmar-se que se deve em grande parte à serenidade do PCP, à sua orientação responsável, que a classe operária e as massas trabalhadoras em diversos sectores, não tenham sido contagiadas pelo verbalismo pseudo-revolucionário e aventureirista e se tenha assim evitado uma grande tragédia e uma grande e sangrenta derrota do movimento operário e popular."

E quanto ao futuro proclama:

"As forças políticas, a classe operária, as massas trabalhadoras, têm de adaptar-se a esta nova realidade, pois ela implica modificações de objectivos a alcançar a curto e a médio prazo, assim como do sistema de alianças, e das formas de organização e de luta."

E O POLÍCIA VEM AO DE CIMA

Ditando a sorte das organizações da esquerda revolucionária.

"Quanto aos vários partidos de esquerda, que com facilidade se deixam influenciar por ideias radicalistas, atravessam fase difícil que abre caminho a processos de reorganização, e reordenação e

talvez de aparecimento de novas formações. A sua participação na vida política depende das correcções que fizeram de uma política extremamente sectária."

A participação dos sectores da esquerda na vida política, ou seja se serão reprimidos ou não, dependerá da "correção" que fizeram daquilo que o PCP não aceita."

A POLÍTICA DAS «DILIGÊNCIAS»

A política do PCP está traçada. Como sempre a direcção do PCP construiu várias hipóteses simultâneas: a do golpe militar e a das conversações. Em face da conjun-

tura internacional (não esquecer Espanha e Angola), a direcção do PCP vê-se obrigada a escolher pela via das conversações, ou seja dos compromissos, feitos a alto nível com a direita. Ai é claro o secretário geral do PCP:

O FASCISMO ESTÁ AÍ



Na Terça-Feira, 25, às 21H., Duran Clemente ainda estava no écran da T.V., falando da revolução socialista. Um quarto de hora depois era já a mediocridade que se instalava em pleno — Dany Kaye e os programas que se seguiram lembraram-nos os velhos tempos do fascismo, durante os quais, com music-hall, nos pretendiam adormecer e fazer esquecer os pro-

blemas porque o país passava. E assim que nas horas e dias que se seguem o velho estilo "cultural" fascista regressa à TV e à Rádio. O fado retoma o lugar que Mário Soares desejava e a informação passou a ser deturpada, intoxicante. Os discursos oficiais passaram a ter o tom dos velhos tempos.

As prisões, as buscas

A vaga de prisões seguiu um critério arbitrário e descomandado das vagas dos velhos tempos. Foi com espanto que militares e famílias viram seguir-se avalanches de "implicados no golpe". As buscas a residências, feitas de madrugada, acordando pais, mulheres, crianças, as levadas que atiram com os revolucionários para a cadeia de Custóias vieram trazer-nos de novo o ambiente do fascismo.

Hoje, as forças do poder falam de "contra-revolucionário" referindo-se aos militares que enchem Custóias e isso é o cúmulo da mistificação. O palavreado "re-

volucionário" que foi apadrinhado pelas forças do 25 de Abril e pelo poder político-militar reformista tem servido de capa para toda a espécie de manobras. E tanto se tem falado de "Revolução" a propósito do processo que se seguiu ao 25 de Abril, que os actuais autores do golpe de direita acham-se no direito de chamar "contra-revolucionários" aos homens que agora prenderam e que são, eles sim, os revolucionários. Como sempre, mas com menos eficiência do que na guerra de Espanha ou no Chile, o reformismo apadrinha esta mistificação e fala de "aventureirismo".

À procura de delatores

E ainda no tom mais tradicionalmente fascizante que as autoridades dão as listas de militares com mandatos de captura e que mostram na televisão a imagem do capitão Fernandes, com bigode, sem bigode, com e sem óculos. Apela assim à colaboração do público, esperando acordar sen-

timentos de delator em alguns cidadãos. E a burguesia, que vê com razão um inimigo em cada revolucionário e que está agradecida porque "a liberdade voltou", prestar-se-á a ser delatora quando necessário. Esta é uma guerra entre classes.

Os funerais

E também a imagem do fascismo que nos entra solenemente no dia a dia com as pompas do funeral do tenente dos Comandos morto no assalto à P.M. As cerimónias funerárias, o ritual da tropa, o ar compungido dos dirigentes "socialistas", trazem-nos a imagem de um fascismo que os últimos anos de Salazar e Caetano já não consentiam, porque já estava gasto. E é de acordo com esta posição clara de classe dominante que o funeral do soldado dos Comandos fica entregue à modéstia da sua condição, flagrantemente simultâneo no tempo, mas desconhecido e desprezado pelo ritual, pelas "autoridades" e pelas lágrimas do sr. Soares. Para já não falar é evidente na impossibilidade

de realizar funeral de homenagem ao Aspirante Bagagem, morto do outro lado da rua, do outro lado da guerra, no lado da P.M. Para esse,

a proibição da realização do funeral, para que não dê ensejo a manifestações. A boa velha maneira...

Os órgãos de Informação

A machadada nos órgãos de informação veio com a violência dum regime autoritário. Não há censura, mas a quase totalidade dos jornais progressistas desaparece de cena. A informação fica assim reduzida a um leque equivalente às forças políticas representadas no poder político-militar: Social-democracia e direita. A "Luta" é o equivalente ao "Novidades" ou ao "Diário da Manhã" do antigo regime, ressuscitando o velho estilo medíocre e reles. A voz da "oposição" vai-se sumindo aos poucos.

Esta é a primeira passada do fascismo numa etapa que serve de

prelúdio ao fascismo declarado. Desta vez é a social-democracia que serve de papel de embrulho às medidas fascizantes. Na próxima vez os homens siquiosos dos Comandos, os corneis que estão na sombra dos "q" e que arquitectaram o golpe — Jaime Neves, lanes, Pires Veloso, Loureiro dos Santos — ultrapassarão os sociais-democratas e farão, com a força militar que a social-democracia se viu obrigada a dar-lhes, a passada final para o fascismo. Até que os trabalhadores e os revolucionários passem a comandar as operações.

SETÚBAL — 25 DE NOVEMBRO

Cronologia dos acontecimentos

2.ª Feira — 21 Horas —

Reunião do Comité de Luta onde se discute o ataque por latifundiários fascistas à Cooperativa de Águas de Moura e a modificação política do RIS. Foi decidido pressionar o RIS para apoiar a cooperativa o que não chegou a verificar-se.

3.ª Feira — 20 Horas —

Reunião de emergência do Comité de Luta na Câmara para discutir a situação. Os militares não estavam presentes pois estavam no quartel de prevenção. Foi decidido dividir as pessoas dos bairros por vários lugares de concentração, e provocar ao mesmo tempo uma concentração junto ao RIS. Logo nessa noite e até 4.ª Feira à tarde, centenas de pessoas concentraram-se frente ao quartel convocadas por megafone. O Comité de Luta manteve também um piquete para informações na Câmara de Setúbal em contacto com os manifestantes do RIS.

É durante a noite que a rádio clandestina "Voz da Revolução" vai dando noticiários apelando à mobilização, propondo paralização de trabalho para 4.ª Feira, com discussões nas fábricas, da situação político-militar, e saída organizada para o RIS.

Também durante a noite, há um plenário de soldados com o Comité Militar do Comité de Luta onde é decidido a não entrada do Comité de Luta no quartel, e voto do não armamento dos trabalha-

dores (com o argumento de que não há armas suficientes).

2 Horas — A Comissão Militar reúne com o Secretariado do Comité de Luta, fora do quartel, onde é discutida a situação e mantida a mobilização.

4.ª Feira — 1 Hora —

Nova reunião do Comité de Luta onde é notada a ausência de grande parte das comissões de trabalhadores e de moradores. Já é conhecido o ataque à PM.

12,30 — Consegue-se finalmente a entrada do Secretariado do Comité de Luta no quartel, onde reúne com alguns dos soldados presentes.

Não há informações concretas da situação em Lisboa, e a confusão é generalizada. Correm rumores de que as tropas de Estremoz se dirigem a Setúbal mas não se tem a certeza se elas não se irão juntar às de Santarém.

Decide-se a organização de piquetes de vigilância mistos (civis e militares). Isto não se chegou a concretizar devido à clarificação da situação em Lisboa, e à posição reaccionária do comando.

16 Horas — o quartel rodeado de centenas de trabalhadores é sobrevoado, provocatoriamente por um helicóptero e vários Fiats e caças. Os trabalhadores gritam "Ninguém arreda pé" e todos ficaram. É notória a ausência de algumas das grandes empresas de Setúbal na concentração. É distribuído nas fábricas o comunicado do Comando

de Unidade Revolucionária e Anti-fascista e do Comité de Luta.

Nesta altura, o Secretariado que está dentro do quartel sente que o comando começa a levantar cabeça, e a insistir na sua saída do Regimento.

Nalgumas empresas as Comissões de Trabalhadores identificadas com os reformistas recusam a distribuição dos ditos comunicados.

19 Horas — Entram em Setúbal 10 panhard e 5 jeeps carregados de tropas de Estremoz. Há dois oficiais para cada soldado. Ocupam o quartel de Brancanes (Artilharia de Costa).

A desmobilização acentua-se. A comissão de trabalhadores da Câmara (PS e PPD) põe na rua o piquete do Comité de Luta.

O Comandante do RIS demite-se por não concordar com a vinda das tropas de Estremoz.

24 Horas — Reune o Secretariado do Comité de Luta e faz um comunicado analisando a situação política, o avanço da direita, e acusando o PCP de desmobilizador.

5.ª Feira

MANHÃ — Durante a manhã corre dentro e fora do quartel, que os elementos do Secretariado do Comité de Luta têm mandato de captura. São saneados 6 militares do quartel, 4 dos quais da Comissão Militar do Comité de Luta.

PELA LIBERTAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS PRESOS

Atinge já o número de 136, o dos militares presos "implicados no golpe de 26-11", desconhecendo-se ainda o número de civis.

O crime destes homens foi o de ao longo de 20 meses terem participado e lutado ao lado dos trabalhadores por uma sociedade socialista. Há já bastante tempo que o VI Governo vinha clamando por disciplina, pois sem ela não podia governar. A sua disciplina é esta — meter revolucionários na cadeia, e assim já pode governar, e de que maneira!

As contratações colectivas suspendem-se!

Os órgãos de informação suspendem-se! Os trabalhadores dos órgãos de informação suspendem-se!

Como o VI Governo deve respirar aliviado sem tanto peso!

Mas os trabalhadores não devem consentir neste alívio do VI Governo. Há que lutar pela libertação daqueles homens, formando em toda a parte Comissões de luta para a sua libertação.

Há que tomar atenção, de que se não lutarmos pela sua libertação outras prisões se seguirão.

A organização dos trabalhadores ficou intacta e isso é ainda um peso para o VI Governo e para o sr. Jaime Neves e seus comandos.



MILITARES PRESOS

Major António Augusto Cuço Rosa (PM); major Nuno José Varela Robim (SDCI); major Carlos José Campos de Andrada (PM); major Mário António Baptista Tomé (PM); major Eduardo Dinis Leitão dos Santos Almeida (RALIS); cap. ten. Manuel Marques Pinto; cap. Luís Pessoa; cap. José Manuel Lopes Gameiro; cap. Nuno Santos Ferreira; cap. Francisco Manuel de Faria Paulino (F.A.); cap. António Luís da Fonseca Pereira Modesto; cap. José Rodrigues Andrade; cap. Jerónimo de Deus Ferreira de Matos; ten. Vitor Manuel da Silva Godinho; 2.º ten. Américo Rodrigues Soares; 2.º ten. Luís Carlos Vieira Ferreira; ten. Ernesto Jorge Ferreira Ceriz; al. João Manuel Roque Gomes; alf. César Jorge Moura Silvério; alf. Edmundo Emílio Mão de Ferro Martinho; alf. Flávio Canelas da Silva; alf. Luís Vítor Pereira Lima; alf. Ernesto Manuel Pina Par-

racho; alf. Alexandre Manuel dos Santos Paiva; alf. João Joaquim Marques Rodão; alf. João Manuel Ferreira Branco; alf. António Manuel Rodrigues Moraes; alf. José António da Silva Gomes; alf. Artur João Brites dos Santos; asp. Carlos Henrique Gomes da Silva de Noronha; as p. Albino Pedro Anjos Lopes; asp. Cipriano José das Dores Ricardo; asp. Luís Manuel Alvaro Noronha Botelho; 1.º sarg. Joaquim Moura Pedro; 1.º sarg. Amadeu Martins Coelho da Silva; 1.º sarg. Vítor Manuel da Cunha Luís; 1.º sarg. João Américo Carrapato Saragoça; 1.º sarg. José António das Dores Jacinto; 1.º sarg. Ernesto Batista Marreiros; 1.º sarg. Amândio da Alegria Patacas; 1.º sarg. Orlando Octávio Baixinho; furriel António Gomes Carmona; furriel José Alfredo Costa Rodrigues; furriel Ernesto Martins Ramos; furriel Abel Borges Esteves Lopes; furriel José Carlos Lajes Guimarães; furriel José Maria Valinhos Nascimento; 1.º cabo Pedro Manuel de Sousa Figueiredo; ten. coronel Eurico Corvacho, ex-comandante da RMN;

COPCON, ETC.

Ten. coronel Artur Baptista, chefe de Estado Maior do COPCON; major Arnão Metelo; vive-chefe do Estado Maior do COPCON; major Arlindo Dias Ferreira; major Barão da Cunha, chefe do Gabinete de Imprensa do COPCON; capitão Tasso (F.A. - COPCON); comandante da EPAM (Lumiar); capitão Nuno Álvaro dos Santos Silva; capitão Manuel Jorge Barbosa Pereira; capitão Jorge Alves; alf. Orlando Graça e Silva Pereira; sarg. Francisco António Reis; 1.º sarg. Amadeu Alves; 1.º sarg. Agostinho António Pina Gonçalves; cap. António Várzea ("pára"); cap. José Marçal ("pára"); cap. Albano Manuel Raposo Pinela ("pára"); sarg. João José Serigado ("pára"); sarg. Ciro Ascensão Martins ("pára"); sarg. Mata ("pára"); sarg. Alvaro Neves ("pára"); sarg. Francisco Baptista Godinho ("pára"); sarg. Vieira Sousa ("pára"); cap. Profirio Aires Marquês dos Santos; 1.º sarg. José Gonçalves Moraes; 1.º sarg. Renato da Silva Dias; 1.º sarg. Mário Armando Guilherme Correia; 1.º sarg. Fernando dos Santos Cristo; sar. Fernando da Silva Augusto; furriel Carlos Pinto Balsemão; 1.º sarg. Manuel Bolazo Ferreira da Mota; 1.º sarg. António do Carmo Vicente; cap. José

Aurélio G.V. Belo (Beirolas); Francisco Alves Costa; alf. Carlos Alberto Teixeira Coelho; alf. António B.A. Miranda; cap. Arnaldo Diogo Saldanha do Vale; major Afonso Dias; 1.º sarg. Joaquim P. Rasgado; cap. António F. Neves Moreira; 1.º sarg. Mariano Joaquim Évora Abalrroado; 1.º sarg. António Mota Felício; 2.º sarg. Manuel Godinho Rebocho; 1.º sarg. Joaquim Pedro Teodósio; 1.º sarg. António Pereira da Costa; 1.º sarg. Enio António Prata Chivita; 1.º sarg. António R. Sousa; alf. Manuel Lima Correia; cap. Manuel Jorge B. Correia; Vítor Gonçalves Carriho; Armando Jesus Cabrita; Aníbal Martins Domingos; soldados Jorge Arnaldo C. Gomes; Fernando Martins Rodrigues; António Cabaco Almeida; Rui Manuel Severino Almeida; José Francisco Gonçalves Mateus e António José; 1.º cabo António Regateiro; ten. António João Sena Esteves; alf. José António Araújo; alf. António José Ramos; furriel Manuel Marcelino Boa Estrela; sarg. Vítor Manuel Duarte; cap. Domingos Nunes Pereira (F.A.); 1.º sarg. Alberto José Silva Santos; ten. Herlander Alves Grácio; soldado António Luís Alves Nunes; alf. João Alfredo Lopes Ferreira; furriel António Manuel Lidwell Tavares; Viriato M. Jordão F. Sousa; major José Júlio da Silva Barroso (ex-EN); cap. João Eduardo Melo de Oliveira e Sobral Costa (R.C.P.); alf. Luís Gottschalk.



MARINHA

Presídio de Santarém

Cap. de Mar-e-Guerra Vasco Costa Santos comandante Naval do

Continente; cap. Mar-e-Guerra Jos e Pinto Figueiredo, comandante da Base Naval de Lisboa (Alfeite); cap. ten. Almada Contreiras, director do ex-SDCI; 1.º ten. Miguel Judas, ex-responsável pela Comissão de extinção de PIDE-DGS; 1.º ten. Ferreira da Silva e cabo André da CDAP.

BEIROLAS

O cap. Belo, chefe da segurança do Depósito Geral de Material de guerra (Beirolas), foi preso e enviado para Custóias. Foram sa-

neados da unidade o comandante, coronel Pimentel de Oliveira; cap. Martins Lopes, os furriéis Torres, Vilelas e Pinhal, e 6 soldados da comissão de luta. Nos paíóis de Sacavém, Ameixoeira, Vale de Forno e Alpenas também foram afastados os militares ligados às ADU's.



CIVIS PRESOS

Mas não só os militares têm sido presos. Trabalhadores rurais, estrangeiros exilados e trabalhadores de outros sectores, já começaram a sentir a repressão.

Para a libertação de Eduardo Lilheiro, recebemos uma comunicação do qual destacamos:

"Desde há dias que numerosos anti-fascistas entre os quais o nosso camarada Eduardo Lilheiro se encontram arbitrariamente presos. Eduardo Lilheiro está preso sem qualquer culpa formada,

sem qualquer acusação, em suma sem qualquer motivo.

A sua prisão tem-se revestido de um forte segredo militar, tal como se tratasse de um perigoso assassino ou ladrão.

Foi preso à porta de sua casa e até hoje têmno mantido incommunicável, primeiramente no

Presídio Militar de Santarém como ultimamente em Caxias.

A sua prisão deve-se segundo informações dos meios militares, a denúncias efectuadas anonimamente segundo as quais possuía armas de guerra.

As buscas a sua casa, casa dos pais, etc., têm sido frequentes, sem

que nada tenha sido encontrado, ou que, pudesse confirmar as torpes denúncias de que foi vítima.

A juntar a este trabalhador, estão presos Wilson da Torrebeia, Mário dos Santos Gonçalves, Jorge Baptista Pinto, João Lourenço, Raul Moreira Luz e mais três trabalhadores.

As buscas a sua casa, casa dos pais, etc., têm sido frequentes, sem

AZAMBUJA

Os senhores da terra

Depois do 25 de Abril de 74 os trabalhadores agrícolas da Azambuja, na sua maior parte assalariados agrícolas, resolveram tomar o seu próprio destino em suas mãos.

As terras da zona da Azambuja, de solo rico e grandes possibilidades de regadio, estavam na sua maior parte abandonadas, os proprietários, alguns ligados a uma aristocracia caduca, com interesses ligados aos grandes grupos económicos conservavam estas propriedades num limite mínimo de exploração ou mesmo inexistente. Apesar do país ser em grande parte dependente das importações do estrangeiro no que respeita a produtos alimentares as terras não se amanhavam. Isto devido ao facto de que os investimentos no sector agrícola não são especialmente rentáveis do ponto de vista capitalista. As inversões em sectores industriais permitem lucros

muito mais rápidos. De resto estes proprietários tinham possibilidades económicas que lhes permitiam comprar o produto importado do estrangeiro e a economia do país ou a necessidade de criar lugares de trabalho para os desempregados agrícolas da zona não eram de modo algum as suas preocupações. Pelo contrário fomentavam até as indústrias da zona, que em princípio iriam roubar a força de trabalho aos camponeses. Não era pois no desenvolvimento do país ou no desenvolvimento agrícola da região que estavam interessados. Estavam interessados sim, no crescimento do SEU capital ligado aos sectores industriais. Passavam a vida em Lisboa ou no estrangeiro utilizando as propriedades agrícolas para pandegas de fim-de-semana e coutadas de caça onde se encontravam os altos dignatários deste país gozando à custa da miséria existente nas



aldeias da região ao mesmo tempo que nas cidades exploravam a mão-de-obra barata do operariado.

Expropriações de terras

Depois de Abril de 74 e principalmente durante 75 realizou-se ocupação de terras na Azambuja. As indeterminações dos últimos governos provisórios se não combatiam directamente as ocupações também não faziam nada de con-

creto no respeitante a expropriações. Só os camponeses que fazendo uso da ocupação física realizam a SUA Reforma Agrária pondo os textos legais de lado. E as ocupações vão-se sucedendo Quebradas, Ferraria e

Ameixoeira, Brinçal, Torreabela, Val de Mouros e Marquesa. Neste número do Revolução dedicámo-nos especialmente a Torreabela e Brinçal primeiras zonas de ataque da reacção após 25 de Novembro.

características comuns à «Torre Bela» e «Brinçal»

Grandes extensões de terra em grande parte abandonadas ou em regime de monocultura e empregando meia-dúzia de assalariados agrícolas. Torreabela, 800 hectares dos quais 500 de pinheiros e eucaliptos. Coutada de caça privada. Pavilhões luxuosos para pandegas de ocasião. Propriedade dos filhos do Duque de Lafões. Algum gado e azeitona que os assalariados colhiam a 30 centavos ao kilo. Menos de 500 hectares eram cultivados para forragens. Aquando da ocupação cerca de 6 trabalhadores eventuais.

Depois do 25 de Abril o capataz vendeu ao desbarato madeira e o gado.

Brinçal, cerca de 600 hectares de ótimo regadio. Irrigação mecânica. Cerca de 300 hectares com óptimas possibilidades de cultivo. A principal exploração era gado, vinho, pomar e forragens. Depois do 25 de Abril o proprietário Cardoso, dono da fábrica de Fundação de Oeiras (explosivos) e conhecido traficante de armas, desaparece para Paris e o administrador Pires, antigo

mercenário no Congo Belga e amigo pessoal de Holden Roberto, vende ao desbarato a madeira e o gado. Meia dúzia de assalariados trabalhavam nesta propriedade tão do agrado de barões como Salazar e Palma Carlos que tinham a oportunidade de visitar cavalarias com categoria de hotel Ritz, banhar-se na piscina olímpica da propriedade, passar pela destilaria até ao luxuoso pavilhão de caça onde bebiam a pinga que vinha da adega da propriedade que é uma das melhores do país.

Depois das ocupações

Na Torreabela passam a ser cultivados cerca de 300 hectares. a cultura é diversificada atendendo às necessidades dos cooperadores e da região. Cereais e horticultura tomam aspectos importantes. Cerca de 40 chefes de família trabalham na propriedade dividindo entre eles o produto do trabalho e juntando para um fundo comum para atender às necessidades sociais dos cooperadores e às necessidades da exploração da propriedade; com esse fundo comum e ajuda estrangeira já se compraram dois tractores e uma debulhadora além de gado bovino e 120 cabras. A Cooperativa está aberta a toda a colaboração e procura mais cooperadores que terão as mesmas condições dos demais. Mulheres e homens recebem de acordo com o princípio: A trabalho igual salário igual. Trabalhadores eventuais das ci-

dades ou estrangeiros recebem cama e comida a troco do seu trabalho diário. Não existem assalariados. As instalações da propriedade foram transformadas para alojar definitivamente a maior parte dos cooperadores. Uma biblioteca, farmácia e posto médico com visitas semanais estão em funcionamento. No Brinçal cujo processo de ocupação teve maiores dificuldades devido às manobras de Pires (antigo administrador) ocupava neste momento 10 chefes de família (5 de Arouqueles e 5 da Arrifana) condição imposta pelo Instituto de Reforma Agrária ainda que os próprios cooperadores achassem que havia possibilidades de ocupar mais homens no amanho das terras (600 hectares). A produção do Brinçal estava já neste momento com amplas possibilidades de colocação directa na zona de Lisboa.

Necessidade de formas superiores de organização

Até à data a coordenação entre as cooperativas não tem sido efectiva e a que tem existido não tem abrangido todas. Tem havido trocas esporádicas de produtos e entre-ajudas no que respeita a maquinaria e, em especial tractores. Entre algumas das cooperativas planificava-se a construção de um moinho e padaria assim como o início de um curso de serradores. Não tem havido coordenação no que respeita à produção e colocação dos produtos agrícolas. Na sua maior parte são ainda vendidos a intermediários com todos os prejuízos e possibilidade de sabotagem que tal implica. Não exis-

tem lugares para venda directa o que implicará pelos custos de tal projecto uma coordenação económica mais estreita entre as cooperativas. Durante a greve da SAPEC (fábrica de adubos) e com a tentativa de auto-gestão por parte dos seus trabalhadores houve possibilidade de compra directa de adubos à SAPEC. Por falta de coordenação e de um secretariado executivo perdeu-se essa oportunidade Os adubos continuam a ser comprados ao "Grémio" que além de ficar com os proveitos do armazenamento aplicam uma taxa de juro de 6% que diz ser para



Reivindicações democráticas e alternativa socialista



A morte de Franco põe em aberto graves problemas para a burguesia espanhola e exacerba as divisões e os conflitos no seio do campo franquista.

A burguesia espanhola sabe, há já uma década, que o Estado herdado da vitória fascista não corresponde às suas necessidades. É necessário modernizá-lo, torná-lo apto a cumprir as tarefas que o capitalismo monopolista moderno lhe exige. É pois, necessário operar uma transformação neste estado, e também preparar a integração da Espanha no Mercado Comum.

A burguesia quis atingir estes objectivos através de algumas

tímidas experiências de "liberalização", rapidamente entrecortadas por regressos bruscos a uma repressão feroz: Estados de excepção, processo de Burgos, lei anti-terrorista, etc.

Estas oscilações traduziam as suas hesitações, dúvidas, temores e divisões. A morte de Franco deixou de permitir tais variações; a burguesia já existe como árbitro, o seu "poder carismático" não se apoia mais no exército e no aparelho de Estado. É, pois, necessário que a sucessão possa trazer solução aos problemas que se acumularam no decorrer de tantos anos.

AS PERSPECTIVAS DA BURGUESIA

A burguesia tem perante si três possibilidades fundamentais (podendo-se acrescentar-lhes variantes intermediárias): A PRIMEIRA — Imobilismo mais ou menos condimentado, com eventuais "associações políticas" submetidas (ou supervisionadas) pelo "Movimento Nacional" — organização de origem fascista. Isso não constitui uma solução; é, antes, adiar os problemas tornando-os, de mais difícil solução. O imobilismo encontra os seus mais ferozes defensores em certos sectores do aparelho de Estado, que estão em risco de perder os seus privilégios, e, também em certos sectores mais reacçãoários (militares "azuis", por. ex.). A presença destes sectores perturba, certamente, as manobras dos "evolucionistas" mas parece improvável que a resistência continue a ser eficaz, após a morte de Franco. É possível que es ta seja seguida de uma maior repressão, transitoriamente a fim de restabelecer a ordem e estabilizar a situação. Mas deve-se pensar que esta repressão será acompanhada ou seguida de algumas experiências (ou tentativas) de abertura". Esta é inevitável, e mesmo certos

sectores da burguesia e do franquismo a defendem já, e até a impõem. A Imprensa monárquica (ABC) e católica (Ya) tornou-se mais crítica e independente. Como tal, largos sectores começam já a colocar a SEGUNDA solução: "uma monarquia autoritária" com Juan Carlos, que levaria a cabo uma liberalização e uma repressão selectivas. No limite, trata-se de incorporar a democracia cristã na vida política, tolerar os artistas socialistas, manter bem vigiado o PC e as Comissões Operárias. Pouco a pouco se desembarçariam dos imobilistas, modificar-se-ia a estrutura do Estado, e tentar-se-ia instalar as Cortes e, a longo prazo, chegar-se-ia talvez, a deixar aparecer uma certa tonalidade de parlamentarismo. Todavia, esta "evolução" não resolve todos os problemas, um dos quais parece ser especialmente difícil, mesmo de abordar: trata-se das reivindicações operárias e dos órgãos que poderiam desempenhar o papel de representantes dos operários nos "conflitos de trabalho". O sindicato fascista não pode ser aceite pelo capital como interlocutor, não representa nada e negociar com ele é inútil. Mas a

liberdade sindical pode provocar uma escalada de lutas...

Além disso, se certos sectores do capitalismo internacional aprovam ou aceitam esta solução "evolucionista" (por exemplo os americanos), outros continuam inquietos. A social democracia europeia considera que outros métodos (os seus) são, a longo prazo, muito mais eficazes e que o "Juan Carlismo" se arrisca a ser mal aceite e não chegar a constituir-se num "regime estável", legalizado pelo sufrágio universal. Tal é também, a opinião de certos sectores da burguesia espanhola e sem dúvida das classes médias e da pequena burguesia, assim como de uma parte do exército, da Igreja e da Magistratura.

Dai os esforços feitos por diferentes forças nacionais e internacionais — do Vaticano à social-democracia alemã — a fim de preparar a TERCEIRA solução — a "ruptura democrática" reclamada, neste momento, pela Convergência Democrática e pela Junta Democrática, finalmente reconciliadas. O PC traz consigo a garantia de que não haverá "avanços". A implantação do PSOE no meio operário é muito fraca, mas como todos, está de

acordo numa coisa: uma boa ruptura democrática não pode ser levada a cabo sem o PCE. E o PCE é o "melhor" PC que se pode encontrar na Europa para realizar uma ordeira ruptura democrática. Todavia esta é uma solução cara: será necessário dar satisfação às reivindicações salariais e fazer concessões económicas. Não esqueçamos que o PCE é um partido reformista e reivindicativo, e que a sua popularidade não duraria muito tempo se ele deixasse de o ser. O aparecimento em cena desta solução enfrenta, todavia, um obstáculo: a burguesia espanhola não vê a necessidade de pagar esse preço — "Afinal a situação não é dramática, e nada há a pressionar".

Chegamos assim a uma contradição que mina a oposição. As "negociações" não parecem ser suficientes para que ela se possa impor, mas a mobilização das massas arrisca acordar as "forças perigosas". O PC sabe que essa mobilização lhe serviria, tanto como à extrema-esquerda. Que fazer então? É a grande incógnita. Irá o PC tentar impor-se pela agitação em todos os meios, ou se irá, simplesmente, ameaçar fazê-lo?



A POSIÇÃO DA EXTREMA-ESQUERDA

E no meio de tudo isto, que é da extrema-esquerda? Haverá, ainda uma extrema-esquerda? Por muito aberrante que isto possa parecer, uma parte da extrema-esquerda precipitou-se a tomar alguns "trampolins" que quiseram, claramente, deixar-lhe, seja na Convergência Democrática seja na Junta Democrática. Ela deu o seu consenso à terceira solução, sem jamais ter conseguido pôr, pelo menos, em causa estas belas coligações burguesia-reformistas. Bem entendidas não dizemos que o MCE ou a ORT (por exemplo) sejam reformistas. Apenas dizemos que caíram numa armadilha, ao sancionarem a Convergência Democrática. Vejam bem — dizem

os socialistas ao povo espanhol — até mesmo a extrema-esquerda acha que tudo o que se pode fazer, neste momento, é a nossa "ruptura democrática". E os militantes da extrema-esquerda que estão na Junta Democrática, perguntam-se — porquê militar na Bandeira Vermelha ou no PCE, se afinal, fazemos a mesma política que o PC? — Dai a transferência maciça de militantes para o PC.

Mas, que pode fazer a extrema-esquerda, fraca e dividida? O camarada Ibañez — do MCE — diz, por exemplo, em "O Mundo Diplomático" (Nov. de 1975): "a nossa luta "pela liberdade" não pode ser, neste momento, claro,

ESPAÑA

mais que um combate pelas liberdades democrático-burguesas". Nesta frase, descobre-se toda a escolástica duma revolução por etapas. E é esta mesma escolástica que preside às actividades políticas desta parte da extrema-esquerda, que participa nas coligações já citadas burguesia-reformistas. Mas a realidade deixa-se talhar segundo tais ideias, ou ela é mais fluida? Vejamos.

Nós, Acção Comunista, consideramos que os objectivos imediatos podem ser assim definidos:

A — Libertação de todos os presos políticos. Amnistia.

B — Restabelecimento de todas as liberdades outrora conquistadas pela classe operária e abolidas pelo franquismo: liberdade de expressão, de associação, de reunião, etc.

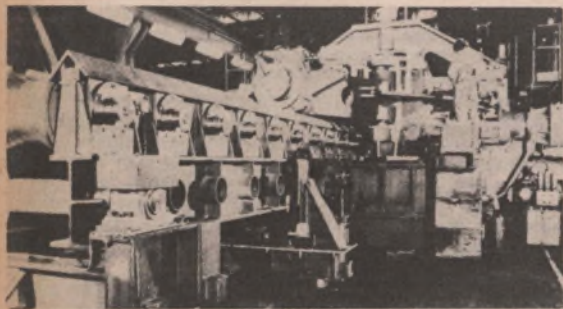
C — Destruição do aparelho de Estado franquista: dissolução da Guarda Civil, da Brigada Social, da Polícia Armada, depuração de elementos fascistas do exército e da Administração. Dissolução dos Tribunais de Ordem Pública, de Excepção, etc. Supressão da legislação repressiva actualmente em vigor, etc.

D — Abolição das medidas repressivas exercidas de forma particular contra certas nacionalidades periféricas, mais concretamente, no País Basco. A maior parte da extrema esquerda parece, por outro lado, estar de acordo com estes objectivos. A estes é necessário acrescentar um conjunto de reivindicações "económicas" sobre o qual não há grande desacordo na extrema-esquerda.

Trata-se, somente, de reivindicações democrático-burguesas? Vejamos, por exemplo, o parágrafo destas reivindicações. Se uma mobilização de massas se desenvolve à volta destes objectivos, se essa mobilização for capaz de impor essas reivindicações, de dissolver as forças da policia, de pôr em causa a estrutura do exército, podemos acreditar que estamos apenas a contestar o Estado burguês franquista? Não estaremos já a "deslizar insensivelmente" para uma contestação, a breve trecho do Estado burguês?

Tomemos um outro exemplo: a ruptura democrática acompanhada de uma escalada de reivindicações "económicas". Nesses momentos de crise, os capitalistas vão responder: É impossível satisfazer as vossas reivindicações sem nos arruinarmos! Os reformistas irão, talvez, em seu socorro, convidando-nos a "apertar o cinto" para salvar a Indústria e o Comércio.

O que significam para as massas trabalhadoras as medidas de ressurgimento preconizadas pelo VI Governo



1 — Desagregação dos mecanismos de acumulação capitalista

O 25 de Abril criou condições para a erupção e crescimento de grandes movimentos reivindicativos que rapidamente perderam as suas características meramente económicas para se aprofundarem e transformarem em verdadeiras reivindicações políticas.

O capitalismo português (a sociedade portuguesa continua a ser uma sociedade capitalista), apresenta hoje características híbridas com ilhas em que a ruptura e a transformação das antigas relações de produção já se encontra em estado adiantado por um desenvolvimento muito desequilibrado das forças produtivas de sector para sector e de região para região. A par das concentrações industriais (Porto, Lisboa, Setúbal, S. João da Madeira, Covilhã) que tradicionalmente funcionaram como polos de atracção dos trabalhadores rurais, mantiveram-se vastas zonas onde grassava o desemprego oculto e era praticada uma economia de auto-suficiência e permanecendo estagnadas social e economicamente.

As tensões sociais e políticas que se agudizaram de modo rápido depois do 25 de Abril desenvolveram-se assim, de modo diferenciado nos diferentes sectores da sociedade portuguesa.

Nas semanas seguintes ao golpe militar as zonas de concentração operária explodiram em vagas sucessivas de reivindicações que, desde logo puseram à prova a débil resistência do aparelho produtivo.

Tais reivindicações tiveram ressonância diferente por meios rurais onde coexistem relações de produção capitalistas e pré-capitalistas e onde de região para região diferem profundamente as estruturas fundiárias e as próprias organizações sociais.

O desenvolvimento industrial, foi nas últimas duas décadas, o motor de "crescimento" das forças produtivas da economia portuguesa.

Também nas diferentes actividades industriais o desenvolvimento se processou de forma muito desigual, ao sabor dos interesses imediatos dos grupos económico-financeiros que reservaram para si os sectores mais rentáveis.

O rápido desenvolvimento de alguns sectores baseou-se numa acumulação de capital assente em dois factores principais:

— Salários muito baixos e produção em condições monopolísticas.

As relações de produção reflectiram a organização do regime fascista e desenvolveram-se assentes na repressão sistemática das classes trabalhadoras. O fascismo ao reprimir pela violência qualquer tentativa de organização não controlada das classes exploradas impediu que o capitalismo português desenvolvesse os mecanismos capazes de canalizar as tensões geradas a nível das próprias relações de produção e que nas sociedades capitalistas desenvolvidas servem de válvulas de descompressão política e social. Deste modo, o desaparecimento repentino do enquadramento político repressivo deixou o capitalismo português sem defesas. A burguesia viu-se frente a frente com as classes que sempre explorou desapiedadamente. Ao contrário das burguesias dos países desenvolvidos não tinha partidos nem organizações sindicais capazes de amortecer a luta de classes que se iria agudizar rapidamente. Em desespero optou pela manobra política, pelo boicote económico, pelo golpe e pela fuga.

Ao longo deste ano e meio temos assim podido assistir à dissolução das antigas relações de produção capitalistas. Num número crescente de fábricas os trabalhadores organizam-se e avançam em formas de luta claramente políticas. Quando o empresário capitalista abandona a fábrica ou é expulso os trabalhadores procuram tomar o controlo

da produção e da distribuição. Começam a degradar-se, cada vez mais, os circuitos e mecanismos de acumulação assentes na exploração de uma força de trabalho paga a salários de subsistência e nas taxas de lucro conseguidas pelos capitalistas.

A indústria tinha-se desenvolvido ao sabor dos interesses dos grupos monopolistas e do capital estrangeiro e não de acordo com os interesses sociais das populações. Muitas vezes os mercados para que as fábricas laboram encontram-se no exterior, aumentando deste modo a vulnerabilidade de quando parte das unidades industriais a um boicote dirigido pela burguesia interna e pelo capital internacional.

Num processo dialéctico desagrega-se uma forma organizativa de produção e de consumo

2 — Significado das medidas de austeridade preconizadas pelo VI Governo

Utilizando o argumento do caos económico, da fome e do desemprego, a burguesia social-democrata portuguesa procurou abrir caminho para o que chamou medidas de austeridade económica, tudo pelo objectivo de reequilibrar o sistema económico.

Aofalar em caos económico, os sociais-democratas e a desarticulação dos antigos mecanismos de produção são o resultado inevitável da dissolução das relações de produção capitalistas geradas durante o período fascista.

Pelo contrário, utilizam os fantasmas da miséria procurando, hoje ainda de forma velada, culpar as reivindicações e conquistas dos trabalhadores.

Ao procurar estabilizar a economia capitalista e erguê-la da profunda depressão em que ela caiu, a burguesia social-democrata mostra a sua verdadeira face. De entre as vias possíveis, o VI Governo escolheu a que corresponde aos interesses de classe que representa e defende a utilização dos mecanismos capitalistas, procurando desesperadamente re-fazer as relações de produção que vê em pleno processo de desagregação.

As reivindicações das massas trabalhadoras pós 25 de Abril fizeram elevar de modo acentuado os seus salários nominais (em dinheiro).

Esta elevação bloqueou o processo de acumulação de capital do capitalismo português que assentava, como vimos, em salários muito baixos. Eram estes salários baixos que permitiam à burguesia portuguesa obter elevadas taxas de lucro com que

assente nas leis capitalistas da concorrência individual e da exploração e surgem, de modo ainda parcelar mas cada vez com maior coesão, os embriões do que será a organização produtiva de uma sociedade socialista. Mas este, como aliás todo o processo de transformação profunda de uma sociedade, é acompanhado por uma queda na produção e na produtividade por um aumento de desemprego e pela descida da formação bruta de capital fixo (investimento em máquinas e equipamento incluindo os que se foram desgastando ao longo do processo produtivo) a níveis próximos de zero.

Numa economia capitalista a aplicação dos recursos disponíveis (equipamentos, matérias-primas e força de trabalho) é feita não de acordo com as necessidades

sociais mas antes ao sabor da procura por parte da burguesia das maiores taxas de rentabilidade para os capitais investidos. As decisões de investir dependem dos interesses da burguesia detentora dos meios de produção.

A medida que os trabalhadores avançam no controlo da actividade produtiva, as grandes decisões de aplicação dos recursos sociais têm de passar a assentar e ter como objectivo a satisfação das necessidades sociais. Para o conseguir o mercado tem de ser substituído pela planificação da actividade económica controlada pelos órgãos de poder dos trabalhadores.

Com o VI Governo a burguesia portuguesa julgou chegada a hora de inverter todo o processo político e fazer recuar as classes trabalha-

dores, faz diminuir os seus salários reais. É por isso que, no programa económico do VI Governo a parte mais importante é preenchida com a descrita necessidade de fazer diminuir os consumos pela via do aumento dos preços. Pretende deste modo, fazer decair sobre os trabalhadores, através da diminuição do seu nível de vida, o custo da reconstituição do capitalismo.

Q Governo de Pinheiro de Azevedo sabe porém, que só através da repressão poderá impor aos trabalhadores portugueses medidas que põem em causa todas as suas

trabalhadores, faz diminuir os seus salários reais. É por isso que, no programa económico do VI Governo a parte mais importante é preenchida com a descrita necessidade de fazer diminuir os consumos pela via do aumento dos preços. Pretende deste modo, fazer decair sobre os trabalhadores, através da diminuição do seu nível de vida, o custo da reconstituição do capitalismo.

Q Governo de Pinheiro de Azevedo sabe porém, que só através da repressão poderá impor aos trabalhadores portugueses medidas que põem em causa todas as suas



de modo "compensador" o capital que continua a ser, directa ou indirectamente (através do aparelho de Estado que domina) sua propriedade.

Não se atreve, no entanto, a social-democracia no poder a diminuir abertamente os salários das classes trabalhadoras e procura fazê-lo de modo indirecto, através do aumento do preço dos bens. Deste modo atinge os mesmos objectivos, pois fazendo subir o preço dos bens consumidos pelos

conquistas. É por isso que clama por autoridade que mais não é do que a força repressiva de que sabe ter necessidade.

A via que interessa às classes exploradas assenta, não na reacção dos mecanismos capitalistas, mas antes na planificação socialista da produção e do consumo. Só esta via poderá combater eficazmente o desemprego, procurando uma utilização dos recursos sociais de acordo com as necessidades das classes trabalhadoras.

ANGOLA

Cada vez mais longe do Governo Português

Os textos que se seguem pretendem, de algum modo, ser um contributo para a análise das condições de vida do povo angolano nas áreas libertadas pelo MPLA e são fruto da deslocação do PRP a Angola.

Aparecendo numa cena política totalmente diferente daquela em que foram escritos (dias anteriores ao 25 de Novembro), nem por isto as páginas que se seguem deixam de ter uma real importância que decorre da própria estrutura revolucionária, popular e permanentemente criativa do processo angolano.

É verdade que, neste momento e após os últimos acontecimentos em Portugal, a República Popular de Angola se encontra cada vez mais distanciada do regime político que vigora entre nós.

De resto este distanciamento não existe apenas para com Angola — ele é extensivo a Moçambique, à Guiné-Bissau e, de um modo geral, a todos os países progressistas nos quais, claro está, incluímos a jovem República de Timor Leste.

Apesar de tudo isto pensamos ser importante que os revolucionários portugueses conheçam razoavelmente por exemplo, a estrutura do Poder Popular em Angola e a organização das FAPLA.

Não é que pensemos que se devem fazer imitações a papel químico da realidade angolana, mas a verdade é que apesar da alteração verificada na nossa superestrutura militar, a vitória da Revolução Socialista em Portugal há-de conduzir necessariamente ao desenvolvimento de fortes laços de solidariedade com as nossas ex-colónias. No momento em que as forças das FAPLA avançam em todas as frentes de combate é particularmente importante que os revolucionários sigam atentamente o evoluir do processo em Angola.

Poder popular

A propósito do desenvolvimento do Poder Popular e das respectivas milícias populares, conversámos com um camarada adjunto ao Estado-Maior das FAPLA que nos afirmou:

"O Poder Popular surgiu inicialmente a partir da necessidade que as populações, dos muceques de Luanda tiveram em se defender da agressão dos colonos a partir do 11 de Julho de 1974, altura em que foram criadas comissões de bairro, isto é, órgãos locais do Poder Popular que, primeiramente tinham uma função meramente defensiva no aspecto militar; no entanto, o avanço da luta fez com que as comissões de bairro se fortalecessem e comesçassem a resolver diversos problemas económicos, sociais, políticos, ideológicos e militares (locais) que afligiam as populações desses bairros.

A determinada altura houve necessidade de haver um órgão coordenador de todos os bairros, eleito democraticamente a partir de cada Assembleia Popular de bairro que elegia, assim dois delegados por bairro. Deste modo, o órgão coordenador das comissões populares de bairro passava a ser composto por dois delegados de cada bairro.

Foi neste âmbito que se fez a primeira grande Assembleia Popular de Luanda, logo após a tomada de posse do Governo de Transição (em Fevereiro de 1975).

Logo a seguir o Governo fantoche de transição, que havia sido criado nos Acordos do Alvor, suspendeu as actividades das Comissões Populares do Bairro, alegando para isso que se tratavam de órgãos "comunistas", agitadores e corruptos que queriam desviar o sentido da luta do nosso povo.



Milícias populares

Antes do fim das hostilidades entre o Governo Colonial e o MPLA nem sempre as directrizes eram tão rápidas quanto necessárias, pelo que as Comissões Populares de Bairro começaram a formar os seus grupos de autodefesa constituídos, na maioria e então, por ex-militares portugueses e por marginais que tinham adquirido uma prática de luta através de filmes de "cow-boys" e de actos de "banditismo" a que a dominação da burguesia portuguesa os obriga-

va. Sendo assim, o MPLA, após a sua chegada oficial a Luanda, tentou reorganizar as milícias populares, dar-lhes um cunho político-ideológico, para que elas só agissem quando as formas políticas de diálogo fossem esgotadas.

Deste modo, a partir de Dezembro de 1974, o MPLA reorganizou as milícias populares e deu-lhes aquartelamentos para que, sempre que fosse necessária a luta armada, as milícias populares pudessem ser coordenadas por um órgão dirigente.

Convém salientar que os camaradas que fazem parte das milícias populares têm o seu emprego normal, enquanto que as FAPLA são mesmo um Exército Nacional que, sendo popular, mobiliza as pessoas a tempo inteiro.

De resto, tanto as FAPLA como as milícias populares são dirigidas pelo Estado-Maior das FAPLA, só que as milícias são forças locais que actuam apenas na aldeia, bairro, vila ou mesmo cidade em que habitam os seus componentes.

Os camaradas que compõem as milícias populares são designados pelo Estado-Maior das FAPLA de acordo com um relatório que os Comités de Acção do MPLA lhe apresenta após ser feita uma análise política e ideológica a todos os participantes do seu grupo; existem, no entanto, alguns camaradas — os marginais — que não tendo ainda nidos pela força do povo angolano em armas.

É importante que fique claro que as FAPLA não são um Exército de

parasitas — além de combaterem de armas na mão, também na frente de combate trabalham na produção, tentando abastecer-se a si mesmas, tentando criar as condições materiais de subsistência. É neste âmbito que as FAPLA

ocupam os lugares dirigentes nas fábricas abandonadas pelos colonialistas e politizam e enquadram as massas para o combate multifacético contra a agressão imperialista conduzida a partir do Zaire e da África do Sul".

Só através do trabalho a mulher se emancipa

O MPLA considera também muito importante, no âmbito da organização do Poder Popular, a organização da mulher angolana, para o que existe uma estrutura própria para este fim (O.M.A.)

Ouvimos sobre este ponto a camarada Alda Maio José da Silva, responsável da O.M.A. no Bairro Operário, que nos afirmou:

"A O.M.A. (Organização da Mulher Angolana) nasceu devido ao interesse que o povo e o MPLA têm na emancipação da mulher, o que só é possível se houver uma participação da mulher na Revolução.

A OMA foi fundada no período da luta armada em 1962, pela camarada Deolinda Rodrigues tendo, na altura, como tarefas mais importantes na parte militar a ajuda ao abastecimento dos camaradas da frente de combate, o transporte de armas e o reconhecimento dos terrenos.

Por outro lado, na parte cultural já existia a alfabetização, uma vez que a percentagem de analfabetos, já de si muito elevada, é ainda maior entre as mulheres. Também o cuidado das crianças (higiene sanitária e creches muito rudimentares) e a produção foram duas tarefas que empenharam as guerrilheiras que, enquanto os homens iam para a frente de combate, ficavam vigilantes desempenhando estas tarefas nas zonas libertadas.

Neste momento, a fim de obtermos um trabalho mais coordenado

e simplificado, temos em cada bairro uma secção da OMA, a qual tem a sua Direcção (Presidente, vice-Presidente, Secretária, Tesoureira e ainda uma ou duas Conselheiras, consoante o número de camaradas da organização). Existem vários departamentos como o DIP (Informação e Propaganda), DEC (Educação Cultural), DOM (Organização de Massas), DAS (Assistência Social), Departamento Político e ainda Departamento de Relações Exteriores.

Cada um destes departamentos tem uma responsável mas, no entanto, há também um trabalho que é feito em colaboração com todas as organizações do bairro (ex. Comissão do Bairro e a Sub-Delegação).

Neste momento a mulher angolana toma também parte na defesa popular, sejam aquelas que já são mesmo das FAPLA, sejam aquelas, após a palavra de ordem de RESISTÊNCIA POPULAR GENERALIZADA, se inscreveram na ODP, isto é, na Organização de Defesa Popular.

Foi, de resto, neste âmbito que durante cerca de dois meses, meio, tivemos treino militar conjuntamente com os homens, isto é com os camaradas do bairro que também estavam interessados na Defesa Popular. É por tudo isto que estamos prontas a todo o momento, irmos para a frente e ficarmos na retaguarda fazendo vigilância na própria cidade.

A educação política é, também, uma das nossas grandes preocupações.



Cada vez mais longe do Governo Português

es, porque verificamos que muitas tarefas não são encaminhadas como deve ser e não são abraçadas com o interesse necessário, ficando as pessoas não estão politicamente formadas.

É que, com efeito, para além do próprio trabalho em si mesmo, as pessoas têm que compreender a necessidade desse mesmo trabalho, pois é só através do tra-

balho, da produção que a mulher se consegue emancipar.

Não nos podemos esquecer que, até pelo facto da mulher ter sido especialmente desprestigiada durante a era colonial, há absoluta necessidade em promover campanhas de alfabetização (que se têm realizado desde que o MPLA entrou em Luanda), assim como de campanhas de educação através de música revolucionária, teatro, poesia, etc.

Prostituição criada pelo colonialismo

"Há um outro problema com o qual também pretendemos acabar. Refiro-me à prostituição, que foi marcante aqui no Bairro Operário, qual foi um centro criado pelo colonialismo para a prostituição. É bem certo que a prostituição se foi atenuando bastante, mas a realidade é que, enquanto não existir na participação da mulher na produção, não se consegue acabar com a prostituição.

Muitas inscreveram-se nas aulas lecturnas quando começou a campanha para alfabetização de adultos mas, a meio do ano lectivo, sistiram, já que precisavam de dinheiro e não o tinham. E atendendo a isto que a comissão do Bairro tem feito os esforços para empregar as pessoas nas fábricas, consoante as suas possibilidades.

Finalmente, queria-lhe dizer que a idade de ingresso na OMA é a partir dos 15 anos.

Temos camaradas de todas as idades — a mais velha aqui no nosso bairro tem 73 anos e participa activamente nos trabalhos.

"A confecção de alimentos é importante, pois ela é feita no sentido de as pessoas saberem quais são os alimentos necessários à saúde, quais os alimentos oriundos de Angola que têm mais proteínas, bem como os modos como podem ser cozinhados diferentemente.

Convém frisar que em todas as tarefas colectivas que referi, e mesmo na costura a educação de crianças, a politização é sempre prioritária".

À frente de combate

Por outro lado, a mulher angolana também participa de perto na mão na guerra imperialista de agressão de que Angola é vítima.

Assim, durante a deslocação que fomos à frente norte, contactamos com algumas das 50 camaradas guerrilheiras que formam o Destacamento Feminino e se situa próximo da Funda. Foi com uma certa emoção que vimos uma das guerrilheiras

testemunhar-nos a sua profunda alegria por terem a oportunidade de conviverem com outros camaradas, já que segundo as suas palavras "gostamos muito de visitas, pois isso alegra-nos muito e corta-nos a monotonia".

Para além do isolamento próprio de qualquer destacamento numa frente de combate, estas guerrilheiras possuem apenas uma fardá, com a qual têm instrução militar diária.



Portugal lacaio do imperialismo

Durante os dias em que a delegação do PRP esteve em Angola, o comandante Jujú deu uma Conferência de Imprensa em que expôs alguns importantes elementos sobre a complicitade dos governos portugueses pós-25 de Abril com os reacçãoários angolanos.

Assim, após se referir ao desmoroamento, em 27 de Julho de 1974 do esquema federativo, o comandante Jujú historicou alguns aspectos da neo-colonização portuguesa em Angola:

"Vem para Angola Silvino Silvério Marques que, como Governador, planeia um esquema para proclamação unilateral da independência; o grupo promotor desta ideia é inicialmente composto por três indivíduos — Lopo da Silva, Pompílio da Cruz e dr. Moreira (ou Monteiro?), os quais formam o grupo inicial da FRA (Frente da Resistência Angolana).

O primeiro é um antigo monárquico e é secretário particular de Silvério Marques; o segundo é Pompílio da Cruz, antigo oposicionista tradicional ao governo de Salazar, e o Moreira (ou Monteiro?) é, alferes miliciano e está ligado à 2.ª Repartição do QG das FAP em Angola, a que se ocupa dos serviços de Informação.

A missão deste grupo era publicar panfletos e realizar a acção psicológica tendente a preparar a população para um golpe de Estado com declaração unilateral da independência, embora com a participação dos movimentos de libertação na discussão do futuro país.

Em 23 de Outubro de 1974 surgiu

uma importante modificação na cena nacional, dado que são descobertas as tentativas de golpes de Estado e se verificam prisões que desmantelam a FRA e também a ESINA e o PCDA, grupelhos semelhantes à FRA. É então que muitos elementos destas organizações anti-nacionais fogem para a África do Sul onde começam a tramam os seus planos.

Entretanto aparece o coronel Santos e Castro, figura central de todo este plano, o qual tem um projecto de independência à rodésiana (proclamação da independência para os brancos sob a direcção de uma reacção pró-fascista).

Este grupo era composto por alguns outros nomes como, por exemplo, o Toni Rodrigues que, após o desmantelamento da FRA, contacta com os indivíduos que estavam na África do Sul a organizar o complot".

E o Comandante Jujú continua:

"Mantinhm-se as estreitas relações com a 2.ª Repartição das FAP em Angola.

Durante a sua permanência na tropa, Toni Rodrigues tinha sido o intérprete do general Costa Gomes, e conhecia inúmeros problemas de carácter secreto como, por exemplo, a ligação dos militares com a África do Sul.

Temos em nosso poder grande quantidade de documentos secretos e ultra-secretos emanados pela 2.ª Repartição do QG das FAP em Angola, e que foram encontrados em casa do Toni Rodrigues. Por outro lado, estamos na posse de uma minuta manuscrita do acordo estabelecido a bordo do iste de

Mobutu, no Zaire, entre o Governo Português e a FNA."

"Após o desmantelamento das organizações anti-nacionais e neo-fascistas, a UNITA aparece cada vez mais como a tábua de salvação para a reacção branca em geral.

O reconhecimento de somente três interlocutores pelo Governo Português leva necessariamente ao agrupamento das forças dispersas em torno dos três movimentos, os quais aparecem em pé de igualdade no Alvor".

"Após a tomada de posse do Governo de Transição em 31 de Janeiro, os exilados e os expulsos foram amnistiados, pelo que regressam da África do Sul e de outros países para Angola.

A partir de Março deste ano, a situação começa a deteriorar-se em Luanda entré e FNLA, de um lado, e o MPLA e o povo, do outro; surge então com plano para invasão e ocupação do nosso território a sul do aparelho 14 e a partir de África do Sul; isto equivalia às ocupações das províncias de Moçamedes, Huila, Cunene e Cuando-Cubango, onde se deveria fazer a concentração dos braços.

Dever-se-ia ainda fazer intensa campanha internacional no sentido do reconhecimento da autonomia dessa zona, guardando os seus cidadãos a dupla nacionalidade angolana e portuguesa".

Após referir os diversos roubos e assaltos levados a cabo por um grupo que se reunia no ILA (Instituto de Línguas), o comandante Jujú relatou a viagem que Toni Rodrigues e Nuno Cardano da Silva efectuaram "entre a operação do roubo do carro que transportava dinheiro e o assalto à OPUDCA".



ANGOLA

Cada vez mais longe do Governo Português

"Depois de voltarem têm uma reunião no ILA (...), mas tinham-se reunido antes com os seguintes indivíduos: coronel Santos e Castro, banqueiro António Espírito Santo Silva, o banqueiro Quina, Rui Correia de Freitas, Daniel Cispanda, um representante do banqueiro Champalimaud, individualidades militares sul-africanas e indivíduos de Angola.

Nessa reunião ficou decidido que, haveria um apoio militar sul-africano e que o pessoal proveniente de Angola e Moçambique (ex-comandos, ex-pides, etc.) estava a ser treinado na África do Sul donde, através do Zaire entraria em Angola (Carmona)".

"Também durante o último Verão, um outro grupo se deslocou ao Ambriz, onde contactou com o coronel Santos e Castro que lhes afirmou:

"Temos o apoio da Alemanha, França, Inglaterra, EUA, África do Sul. Devem estar a chegar barcos com armamento pesado e com blindados; na África do Sul estão homens altamente treinados para reforçar as linhas da frente. Vocês têm que activar as acções em Luanda e nas outras localidades para desorganizar o MLPA. A destruição do Emissor oficial terá que ser um facto, assim como os ataques à tropa portuguesa e ao MPLA.

Bombeiros ao serviço dos fascistas

"Três dos indivíduos detidos (o Garrido, o Antonio Monteiro e o José Ferreira Gil) trabalhavam no Corpo Voluntário de Bombeiros.

A seu tempo o povo teve conhecimento do armamento que foi encontrado nas instalações da corporação dos bombeiros e também é conhecido o trabalho de apoio logístico à FNLA, em S. Pedro da Barra.

Por outro lado sabemos que, a determinada altura, a TVA foi comprovada pela FNLA. Ora o José Ferreira Gil Administrador da TVA, cuja mulher a Isilda Ferreira, era a secretária particular do Alto-Comissário em Angola, general Silva Cardoso!

Os primeiros serviços prestados pelos Bombeiros são, assim feitos a pedido da ISILDA que pede que os bombeiros levem a água e man-

timentos a casa do sr. Kabangu, ministro da FNLA.

O salvo-conduto encontrado em posse dos D. Isilda, sua secretária particular. Era este salvo-conduto que permitia que os bombeiros andassem impunemente em Luanda passando por todas as barragens, fossem do Exército Português, fossem das FAPLA.

O apoio logístico era feito não somente nas ambulâncias mas foi também feito por barco, especialmente para a fortaleza de S. Pedro da Barra".

Em seguida o comandante Jujú, do Estado-Maior das FAPLA, salientou a ligação que existe entre a FNLA, o ELP e a Liga Internacional Anticomunista, "organização fascista de grupos financeiros capitalistas que mexe os cordelinhos que ligam Pretória, Windhoek, Kinshasa, Nova Lisboa".

A FNLA e UNITA por si sós inoperantes

Ainda segundo o comandante Jujú, de tudo isto ressalta "a extrema vulnerabilidade das autoridades portuguesas constituídas em Angola, podendo mesmo em alguns casos falar-se de convivência com os inimigos do povo". Assim, inicialmente é a tentativa de golpe de Silvino Silvério Marques; depois são os acordos de Spínola na ilha do Sal e as conversações tidas com a FNLA no iate de Mobutu, seguem-se as estreitas relações da 2.ª Repartição do QG com as organizações terroristas; temos ainda a actuação das FAP que permanecendo em território libertado pelo MPLA e abandonando as áreas ocupadas pelo FNLA e UNITA, facilitou a liberdade de acção aos inimigos do povo.

A UNITA e a FNLA, utilizadas por vias diferentes como veículos de neo-colonização do nosso povo,

mostraram-se inoperantes e incapazes de resolver elas próprias as tarefas que o imperialismo lhes consignou.

A firme determinação do nosso povo dirigido pela sua vanguarda o MPLA, fez desmoronar todos os planos de independência rodossinana, de separatismo territorial ou de isolamento tribal.

O imperialismo lançou, então mão de todos os seus recursos financeiros, militares e humanos e preparou o plano de que estamos actualmente a ser vítimas a invasão maciça do sul do nosso território e o reforço da Frente Norte.

Tal como os outros planos, também este não passará, e o nosso povo, a sua vanguarda e o seu braço armado saberão dar a resposta conveniente a todos esses planos imperialistas".



Uma prisão sem grades nem fechaduras

Numa sociedade em que nasce um homem novo, a Revolução atinge não apenas o sector produtivo e militar, mas também o sector prisional. Contrariamente aos nazis da FNLA, que torturam e matam os prisioneiros, os camaradas do MPLA entendem que o detido tem de ser considerado como uma pessoa susceptível de ser recuperada.

Sobre a situação dos detidos num dos campos de Recuperação e Produção próximo de Luanda, ouvimos o camarada Dias, comandante e membro do Estado-Maior das FAPLA:

"Devido à minha experiência militar fui designado como responsável do Campo de Recuperação, o qual está estruturado de acordo com uma palavra de ordem do movimento — PRODUIZ E RESISTIR.

É assim que nenhum prisioneiro é tratado como tal, isto é, nós não temos prisioneiros, temos detidos, temos homens para ser recuperados.

Neste momento o campo tem 220 detidos, muitos dos quais eram da FNLA e da UNITA; nesta altura não existem portugueses detidos neste campo, mas a verdade é que os portugueses, quando abandonaram o campo, disseram que, apesar de terem sido obrigados pelo Governo Português a transilarem para Portugal, se sentiam bem dentro do ambiente do Campo, uma vez que nunca pensaram que pudesse existir uma prisão deste tipo.

Com efeito, nas portas não existem fechaduras; o soldado, apesar de ter uma arma às costas (porque é militar), trabalha em

conjunto com os prisioneiros, com a enxada na mão e come em conjunto no campo.

Inicialmente o campo teve algumas dificuldades, até porque os presos pensavam que se tratava de campos repressivos como eram antigamente os campos portugueses fascistas.

Mas, quando viram a enorme diferença entre aquilo que leram e que alguns até sentiram na própria carne e o que viram neste campo, eles ficaram de facto convencidos que ninguém os queria reprimir.

Quero salientar que o terreno onde está o Campo é muito rico — trata-se de uma região de plantio, situada a 14km de Luanda, onde até crescem uvas!

Têm acontecido coisas engraçadas. Assim, ainda há bem pouco tempo o nosso Estado-Maior deu ordem para se libertarem diversos detidos que estavam a ser recuperados. Alguns tinham 4 e 5 meses de detenção dentro do Campo, e foram postos em liberdade por ordem do Estado-Maior que teve em conta as observações que nós lhe demos.

Pois a verdade é que ainda nem sequer tinha passado uma semana da sua libertação, quando eles voltaram para o Campo.

Admirei-me com a vinda deles e disse-lhes:

"Vocês já cá não podem ficar detidos, pá. Já não pertencem ao Campo, não vos posso ter cá".

Mas eles responderam:

"Não, camarada. A gente veio para se integrar nas forças das FAPLA, e é aqui que a gente quer ficar."

A camaradagem que existe entre o detido e o militar é, de resto, uma das características peculiares do

Campo.

No entanto, a verdade é que temos também que ter certas reservas com alguns indivíduos pois, por muita politização que lhes dermos, eles não a aceitam.

Quando o detido é rebelde à politização os responsáveis do Campo passeiam pelo Campo com os detidos e perguntam-lhes o que é que eles fariam no nosso lugar.

Neste momento funcionam cinco campos deste género, todos eles na área de Luanda.

Além dos detidos políticos também temos no campo pessoas que roubavam automóveis e liameiros.

Há neste momento no Campo soldados que são militantes das FAPLA e que falam somente francês e lígala, isto é, não sabem português, uma vez que eram de FNLA.

A maior parte deles, alguns sendo mesmo já nascidos no Zaire foram apanhados em levadas e foram metidos à força na FNLA.

Os próprios detidos escolhem democraticamente os chefes de grupo, os chefes da caserna, e têm ainda uma Comissão de Detidos, a qual gere as necessidades de todos os detidos.

Nós queríamos que, de acordo com o erro que o indivíduo como tem, fosse possível haver diversos casos de detenção para recuperação, até ao ponto de podermos admitir que alguns indivíduos vivam com as suas famílias no Campo de Recuperação.

Claro que isto ainda não acontece. Nem a guerra nos tem permitido entrar por este assunto, mas espero que, dentro de muito pouco tempo possamos engendrar a coisa deste modo."

(Continua na pág. 13)

AZAMBUJA

A TERRA A QUEM A TRABALHA

(Continuação da pág. 8)

ajuda aos pequenos e médios agricultores. Os cooperadores se comprassem directamente à fábrica teriam um desconto de 30% e deste modo pagam do seu bolso ao "Grémio" os créditos de ajuda aos pequenos e médios agricultores. Como as cooperativas se estabeleceram em zonas essencialmente agrícolas a reforma agrária tem que se generalizar e as expropriações têm de aumentarem de ritmo sob pena de que os pequenos agricultores se possam começar a sentir prejudicados pela produção agrícola das cooperativas o que pode assim despertar a sua inimizade. O secretariado das cooperativas deve não só fazer a propáganda dos benefícios de uma cooperativa como também dinamizar as ocupações ao mesmo tempo que pela sua actividade (lugares de venda, moinho, padaria, serviços sociais, transporte, etc.) abriria novos postos de trabalho. As cooperativas não podem continuar como ilhas soladas no meio das extensas propriedades privadas que as

rodeiam. Os proprietários receando que, ao generalizar-se a experiência, cooperativa percam a força de trabalho que empregam, continuarão a estimular os ânimos para os ataques aos cooperadores. Neste momento a auto-defesa das cooperativas torna-se um aspecto essencial. Porque se as manobras intimidatórias já começaram, a tentativa de expulsão dos cooperadores pode vir a ser tentada o que implica necessidades comuns de organização para se estudarem formas de resistência e simultaneamente de alargamento e propáganda das experiências já existentes. Um secretariado coordenador que estabeleça relações exteriores directas entre as cooperativas e zonas industriais e urbanas faria, provavelmente, com que os cooperadores, pudessem contar com uma ajuda mais efectiva da classe operária.

A) MANOBRAS INTIMIDATÓRIAS SOBRE A TORREBELA

A Escola Prática de Santarém, com nada menos do que 4 chai-

mites e 3 panhard e uma força considerável de homens, invadiu a Torrebelá a "procura de armas". Portas arrombadas a ponta-pé e a tiro, e como ninguém os levasse a sério, ameaços do género "ou te levantas ou estoire-te os miolos", velhos mulheres e crianças "encostados à parede". Segundo nos afirmaram teriam fotos de reconhecimento aéreo da Torrebelá que indicariam campos de treino militar. Os "militares" da Torrebelá seriam os que tinham camuflados o que é um facto nada habitual em Portugal (!!!)

Nas fotos havia inclusivamente dados que "comprovavam" a existência de canhões anti-aéreos. Pensa-se que sejam os varões dos carros de bois. Havia planos, segundo foi informado, de modo sério e digno, para armar mil homens que atacariam nada mais nada menos do que a EPC de Santarém. Torrebelá seria o segundo centro militar da esquerda revolucionária (!!!). O primeiro seria algo para os lados de Alcácer do Sal segundo informações.

No fim deste "ataque" da EPC

de Santarém os camponeses atarantados viram os seus podões, facas de cozinha e caçadeiras desaparecerem nos chaimites como sendo peças importantes de conspiração.

Dez estrangeiros a coberto da xenofobia basista do poder central são expulsos quando de facto se encontram aqui oferecendo a sua força de trabalho, capacidade e ajuda económica nos campos de Torre Bela. Oito portugueses, porque não tinham bilhete de identidade com eles, transitaram para a EPC e foram curiosamente interrogados sobre "a política" da cooperativa. Um deles encontra-se detido por causa de uma misteriosa pistola que os soldados "descotriram" algures na mata. Divina providência.

TERROR BRANCO NO BRINÇAL

Depois do 25 de Novembro os militares invadiram o Brinçal e a procura de armas que não existiam.

Nessa tarde Pires, antigo administrador local, apareceu com populares de Arroquelas e Rio Maior ARMADOS inclusivé de G 3.

Pelos vistos à Rio Maior que a EPC de Santarém deve passear os seus chaimites. Mas a "política" da EPC é outra. Perante a invasão dos populares manipulados e comprados por Pires, os cooperadores vêem-se obrigados a pedir a interfeência da GNR. Vários cooperadores vão até aos portões da GNR sob protecção. Depois de saírem do posto, é-lhes feita em Arroquelas e Rio Maior uma verdadeira caça tendo sido alguns seriamente maltratados. Os cooperadores tentam neste momento contactar com Lisboa e o IRA de Santarém. Querem que lhes seja garantida protecção para poderem voltar à propriedade do Brinçal. Até à data ainda não obtiveram qualquer resposta e 32 toneladas de adubo estão já no Brinçal para serem lançadas à terra. O cultivo de cereais deveria ter já começado e o prejuízo será inevitavelmente grande.

ESPAÑHA

Reivindicações democráticas

(Continuação da pág. 10)

E nós? Proporemos por exemplo: "Abertura dos livros de contas! Controlo operário!" (talvez mesmo antes de apresentarmos estas propostas, os operários tenham já pensado nelas...). Mas então, não estaremos nós a "deslizar insensivelmente" para o campo das reivindicações anticapitalistas?

Eis uma questão que nos parece fundamental. Estas reivindicações democráticas ou económicas têm, no contexto actual, uma dinâmica que as leva a ultrapassar o quadro democrata-burguês. E, para estas coligações de burgueses e reformistas (Convergência e Junta Democrática), estrangular esta dinâmica constitui a preocupação fundamental. Isso determina a nossa atitude prática (a nós, Acção Comunista) em relação a essas coligações: estamos prontos a colaborar com eles para conseguir a mobilização popular e a ruptura democrática, mas entendemos que devemos continuar independentes deles, conservar o nosso papel, e abrir à classe operária perspectivas políticas diferentes. Em relação à dinâmica "espontânea" destas reivindicações, a nossa posição é diametralmente oposta à deles e

reservamo-nos o direito de chamar burguês a um burguês, e reformista a um reformista.

Consideramos que grupos como o MCE, ORT, BR ou PTE, que não são reformistas, erraram ao deixar-se envolver nas teias dos burgueses e reformistas.

Este erro engendra um outro. Numerosos grupos gritam: Não se devem defender as reivindicações democráticas nem reclamar um sindicato de classe! Essas são as armadilhas. Todo o poder às assembleias de fábrica! Criemos os Conselhos Operários! Dizemos a esses camaradas: nós também somos pelos Conselhos Operários, mas não conseguireis construí-los se deixais para os reformistas as reivindicações democráticas, o sindicato, etc.

Assim a extrema-esquerda está dividida em três grandes sectores, eles próprios divididos em numerosos grupúsculos por problemas táticos e estratégicos, por questões de organização, quando isso não é mais do que disputas "teológicas". Não consegue abrir aos trabalhadores uma perspectiva política comum, coerente e diferente da dos reformistas, que seja digna de crédito. É raro que ela

tenha iniciativas e, quando as tem, não as conserva por muito tempo.

AGLUTINAR A EXTREMA-ESQUERDA EM VOLTA DE UM PROGRAMA, PRÓPRIO DELA

É por tudo isso que o problema político principal nos parece, hoje, ser este: é preciso que a extrema-esquerda — pelo menos a sua maior parte — possa reunir-se em volta de uma perspectiva política comum e diferente da dos partidos reformistas. Essa perspectiva deve articular, na nossa opinião, dois aspectos da situação actual:

1) As reivindicações imediatas têm um carácter eminentemente democrático e económico.

2) A dinâmica destas reivindicações no contexto actual é tal que o quadro democrático e burguês arrisca-se a ser ultrapassado, desde que elas comecem a ser impostas, e mesmo antes.

É, pois, necessário que a extrema-esquerda reflita no programa tático, num programa de transição que permita articular o presente imediato — democrático e económico — e o ultrapassar deste presente, que se arrisca a ter

lugar "espontaneamente". A esquerda está muitas vezes atrasada em relação aos acontecimentos. Tentemos desta vez estar o mais na ordem do dia que for possível! Por outro lado nós consideramos — não somos tão esquerdistas como isso — que um programa tático, um programa de transição, devem conter objectivos que permitam aglutinar em volta da classe operária, em volta de um projecto socialista, largos sectores das classes médias, e mesmo que esses programas devem propor pequenas concessões e pequena burguesia, a fim de a neutralizar e evitar a sua mobilização contra nós. Queremos que todos estes pontos sejam debatidos no seio da extrema-esquerda e, se publicamos esboços — estamos conscientes da sua insuficiência — de um programa tático ou de um programa de transição, foi para abreviar essa discussão.

Alguns dizem-nos: gritando à classe operária que queiris participar na ruptura democrática, assustais a burguesia. Porquê pôr já a alternativa socialista?

Mas, será que esses pensam que a burguesia não lê os jornais todos os dias e não reflete?

Seria necessário ajudar Mário Soares a esmagar a revolução portuguesa para acalmar a burguesia espanhola e convence-la de que a ruptura democrática se dará, na Espanha, sem seu prejuízo? Não seria mais lógico militarmos todos, durante a "etapa democrática" no PCE — que critica o "esquerdismo" do PCP — como já fizeram militantes da Bandeira Vermelha, que se passaram com armas e bagagens para as fileiras deste partido?

Se nos perguntamos se ainda existe uma extrema-esquerda em Espanha, não é por masoquismo. cremos que a extrema-esquerda espanhola tem ainda muito a fazer, para se poder colocar à altura das tarefas que se lhe apresentam e, em relação às quais ela se arrisca a ter um considerável atraso, em relação aos acontecimentos. As responsabilidades que pesam sobre os ombros da extrema-esquerda ibérica são enormes. Não é, somente, o futuro das sociedades espanhola e portuguesa que estão em jogo. Todo o equilíbrio social e político da Europa se arrisca a ser perturbado se esta extrema-esquerda ibérica souber agir sagazmente.

A LUTA DE LIBERTAÇÃO DO POVO DE TIMOR

Poucos dias depois da declaração unilateral da independência de Timor Leste feita pela FRETILIN a Indonésia intensificou os seus esforços de invasão do território.

Quando a invasão de Timor Leste começou em Outubro, a FRETILIN ainda reconhecia o Governo português como a autoridade soberana e como o único interlocutor válido no processo de descolonização.

Portugal, desde fins de Agosto que praticamente abandonou o Timor Leste. Nessa altura a FRETILIN tinha proposto que o Governador português, Lemos Pires continuasse no Palácio do Governo em Díli. O governo português não aceitou a proposta e o governador refugiou-se na pequena ilha de Atauro, protegido por uma pequena força de paraquedistas e marinheiros, não havendo desde então contacto directo com a população de Timor.

Portugal tinha-se portanto demitido da defesa da integridade de Timor Leste.

Se por um lado se pode dizer que a Indonésia intensificou a sua invasão de Timor depois da proclamação da República Democrática de Timor, por outro lado

podemos afirmar que, a invasão começou muito antes da proclamação unilateral da independência.

A SITUAÇÃO ACTUAL

Dois membros do governo da República Democrática de Timor Leste, Ramos Horta, e Abílio têm estado de passagem por Portugal.

Numa Conferência de Imprensa realizada no dia 10 estes camaradas fizeram o ponto da situação político-militar denunciando a campanha mentirosa da imprensa internacional sobre a situação do território. Assim, afirmaram que a FRETILIN ainda controla cerca de 70% do território, inclusive grande parte de DILI.

Cerca de 500 pessoas, na maioria subditos chineses, teriam sido assassinados pelas tropas indonésias. Por outro lado, a FRETILIN teria abatido algumas centenas de soldados indonésios.

A Austrália propôs que uma Conferência dos países ASIAN (que compreende a Indonésia, a Malásia, Singapura e outros países da zona) se organizassem conjuntamente com Portugal e a Austrália para resolver o problema do Timor Leste, o que a FRETILIN recusou.

A FRETILIN recusou, devido ao carácter reacçãoário da ASIAN, organização de que fazem parte países como a Malásia e Singapura que deram luz verde à invasão das tropas indonésias.

A República Democrática de Timor Leste já reconhecida por vários países, exige como base para quaisquer negociações:

1.º A retirada imediata das forças indonésias.

2.º O reconhecimento imediato por parte da Indonésia e de Portugal, da República Democrática de Timor Leste.

Portugal, verdadeiro responsável pela actual situação foi obrigado pela evolução da invasão indonésia a cortar relações com o governo indonésio.

Para que houvesse coerência neste corte de relações feito por Portugal, seria necessário que o governo português reconhecesse a República Democrática do Timor Leste.

Como expressaram na conferência de Imprensa os camaradas da FRETILIN a maior ajuda que os revolucionários portugueses poderão dar à luta do povo Timor, será sob a forma de pressão sobre o Governo português, no sentido de que este reconheça a República Democrática de Timor Leste.

A TÁCTICA E ESTRATÉGIA DA DIRECÇÃO DO P. C. P.

Continuação da pág. 5

"Talvez tenha sido a única formação política que insistiu numa solução política para a crise, uma solução negociada, de compromisso entre as forças e sectores político-militares que têm estado com o processo revolucionário."

Explica mesmo a sua actividade "em cima dos acontecimentos".

"Na sua actividade, em diligências junto dos órgãos e de todos os sectores do MFA, o PCP, ao longo dos meses, e já mesmo em cima dos acontecimentos, defendeu uma solução política, além do mais por estar perfeitamente convencido de que o confronto previsível viria a beneficiar não as forças de esquerda, mas a direita reacçãoária."

Claro que essas "diligências" tiveram um preço: a traição aos "páras", o esmagamento de unidades militares revolucionárias, a prisão em massa de oficiais revolucionários. Mas a Marinha manteve-se neutra, os oficiais de confiança da direcção do PCP "renderam-se", outros marinha-tiveram-se neutros. A direita contou a priori com essa imobilidade, senão nunca uma unidade (os Comandos) se tinha metido na

aventura de conquistar sózinha um país. A direita contou também com o pretexto do golpe da esquerda para justificar o golpe da direita. Ai está um fruto das conversações!

Daqui em diante, a direcção do PCP irá rapidamente para a direita, aliando-se às forças reacçãoárias, mantendo-se no poder, reprimindo a esquerda. Isso é claro no discurso de Cunhal, Quanto ao seu objectivo, tal como é enunciado no discurso pode ser usado como definição de reformismo:

"... mas o PCP continua fiel a dois objectivos essenciais da revolução portuguesa: a construção de um regime democrático, com as mais amplas liberdades, e a realização de profundas reformas económicas e sociais que abram caminho para o socialismo."

E como a economia portuguesa não permite a estabilização da situação, nem que o PCP se transforme num PC francês ou num PC italiano, e como é possível que se caminhe para um confronto entre a burguesia e o proletariado, que ainda não se deu frente a frente, podem os revolucionários, os militares presos e os proletários contar com mais um inimigo claramente definido do outro lado

da barricada: a direcção do PCP. E as bases do PCP terão que escolher entre pertencer a um partido traidor ou ser revolucionários. A pequena burguesia desse partido, que já enxameara o Campo Pequeno, escolherá pelo partido traidor. O proletariado já escolhe ser revolucionário.

angola

Continuação da pág. 13

FAPLA: EXÉRCITO POPULAR REVOLUCIONÁRIO

"A crítica dentro do nosso movimento é utilizada de todos os níveis para todos os níveis" — diziamos um dos guerrilheiros das FAPLA com quem contactamos na frente de combate.

As FAPLA são de facto, um verdadeiro Exército Popular que se não limita ao trabalho estritamente militar, pois que todos os guerrilheiros e responsáveis trabalham também na produção.

Assim, na Funda, povoação próxima de Quifangondo, tivemos a oportunidade de observar uma exuberante plantação de algodão; por outro lado, o professor da escola primária desta povoação é também guerrilheiro das FAPLA.

Os soldados das FAPLA não recebem qualquer ordenado; passam o dia quase sem comer e estão dependentes do Comité dos

PRP SAÚDA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR LESTE

AO COMITÉ CENTRAL DA FRETILIN

Camaradas

Face à injustificada demora do Governo Português em avançar na solução política dos problemas do vosso território, haveis decidido proclamar unilateralmente a independência imediata. O PRP, que tem acompanhado solidariamente a vossa luta, está também nesta Prova convosco, saudando o vosso Estado, o seu Presidente e o seu Governo e congratulando-se com esta conquista do Povo Timor.

A luta que travam no vosso solo contra a invasão de forças indonésias, a que o heroico povo de Angola prossegue contra a invadida Zaire-Africa do Sul-ELP, a que aqui teve lugar nomeadamente a partir de 26 de Novembro contra o avanço de forças de direita portuguesas, é a mesma: a luta contra o Imperialismo opressor que, esgotadas as formas políticas de dominação, não hesita em sacrificar vidas ou destruir bens, para conservar privilégios ou, no mínimo, para não perder a face perante qualquer experiência de independência nacional que possa funcionar como exemplos histórico.

Está no entanto, o PRP convicto de que, não só pelos êxitos militares, como sobretudo pela lucidez política e implantação popular confirmadas nos vários meses da vossa administração. Timor Leste, o Governo timorense e o seu partido, a FRETILIN, conseguirão superar os obstáculos ora levantados à total libertação do vosso povo.

No quadro do internacionalismo consequente, o nosso partido prestar-vos-á toda e qualquer forma de solidariedade possível até à vitória final.

VIVA A FRETILIN

VIVA O POVO DE TIMORI!

Secretariado Político do PRP

Lisboa 31 de Novembro de 1975

EDITORIAL

Continuação da pág. 16

que neste momento representam forças em desvio de esquerda dentro da actual direita no poder. Isto é: o PPD e o PS querem governar sózinhos, sem militares, mas suportados pela força dos coroneis, estabelecendo uma democracia burguesa ("democracia primeiro e socialismo depois...") — são a direita da direita. Os "Novos" opõem-se a isso e agem como militares políticos, pensando numa eventual via peruanista, fazendo habilidades de argumentação para explicar a possibilidade de conjugar a "democracia" com o Poder Popular. Mas como para chegar ao poder tiveram que ir a cavalo nos coroneis, agora não têm poder militar nenhum... E embora Vasco Lourenço faça um discurso esquerdizante, onde é que ele tem as chaimites para se aguentar?

Desta contradição em tre as duas nem sequer ainda facções do poder depende o destino imediato dos presos do Norte, alguns dos quais nem sequer ainda viram a Comissão de Inquérito. De resto, não é desta que virá a verdade sobre os factos. A Comissão de Inquérito inventará a versão que convier à política do poder.

Mas o futuro destes militares es tá nas mãos da esquerda e da classe operária.

Esses presos têm de ser libertados pelos revolucionários e pelos trabalhadores ao lado dos quais estiveram ao longo destes meses.

Combatentes no que diz respeito sua mesa de trabalho, Manuais de formação política e militar do MPLA lado a lado com o "Trabalho, Salário e Capital" de Marx verdadeira discussão política no e "O Imperialismo, estado supremo do capitalismo" de Lenine.

A Revolução em Angola é, de facto, qualquer coisa de permanentemente novo e criativo, o que está bem expresso no trabalho feito com os Pioneiros, crianças com idade inferior a 15 anos que, fardadas com os camuflados e com as botas velhas (quando existem) do Exército colonial, são a certeza da continuidade do processo revolucionário em Angola.

Por tudo isto a LUTA CONTINUA mas a VITÓRIA É CERTA.

Revolução

Companhia de circulação: MIRANDELA B. C. * Tarif. Condens. do Res. 1.º Distribuição: DIG. - Rua das Chagas, 2 - Lisboa

AVENÇA

EDITORIAL

Vai-se estabilizando a instabilidade. As organizações e os trabalhadores vão vendo mais claramente o cenário. Pode-se saber exactamente a grandeza e a qualidade dos saneamentos nos quartéis; percebe-se também já o truque através do qual a social-democracia controlará quase toda a imprensa; apercebemo-nos da mediocridade da rádio e da TV de canais únicos. Enfim são já evidentes os sinais da necessidade de fascismo que a social-democracia tem para se segurar no poder. A social-democracia aqui não é portanto nem risonha, nem higiénica, nem moderna e "cult" como a da Alemanha ou a da Suécia. Consequência mais do que evidente num país de economia mais do que apertada, distorcida e caótica,

Os partidos viram à direita com a velocidade que o oportunismo requer. O CDS faz um grande espectáculo anti-comunista em Rio Maior. As bases do PPD dão a Sá Carneiro a onnipotência que significa um aval à direita e perda das ilusões de qualquer fumo de esquerda. Os "esquerdistas" do PPD são atirados pela janela, depois de usados, durante a época em que eram necessários porque a moda o exigia. "Fora com os comunistas", gritaram-lhes pela janela do congresso, quando eles se iam embora. E o PS não rejeitará esses enfeitados, aberto como está aos ventos da direita. Vendido, palhaço, o PS representa a imagem histórica da burla "socialista", da deturpação até ao infinito duma palavra que há um século se podia usar e que hoje nos vemos obrigados a depurar da linguagem de todos os dias, porque um grupo de burlões a tem sujado do. Hoje, os "socialistas", anti-fascistas do passado, comparam-se com a prisão de 140 oficiais revolucionários, impingem-nos a sua imprensa única, incitam à repressão.

E quando se fala em imagem é exactamente também do aspecto físico desse partido que se fala, pois ele traduz bem a hipocrisia um tanto ou quanto ridícula deste prelúdio ao fascismo.

Mas a peça verdadeiramente monstruosa deste período é o discurso de Cunhal, secretário geral do PCP. Enterrando os mortos (os oficiais revolucionários presos) que considera aventureiros e golpistas e descobrindo vivos (os oficiais no poder), apressa-se a traçar as novas alianças explicando aos trabalhadores que assim tem de ser. Elimina dum sopro os seus próprios militantes presos, aceita a versão oficial dos "oficiais sublevados" (os de esquerda) e dos "oficiais que dominaram a sublevação" e convida-os à reconciliação. Como Pôncio Pilatos lava as mãos em relação ao assunto e segue em frente. Ou seja à direita. Este discurso marca uma época e uma ruptura — não mais a direcção do PCP poderá ter ilusões de se mostrar revolucionária. E os seus militantes terão de es colher. Hoje, como na Alemanha e na Rússia de 1917, os traidores do movimento operário mostram a cara, por muito que isso pesasse aqueles que pouco tempo antes tinham sido seus companheiros de luta no dia a dia.

Hoje também observamos o abanar das organizações da esquerda revolucionária, tendo algumas muito pouco já de revolucionárias. A viragem à direita contagia mesmo aqueles que se reclamam de anti-reformismo e anti-revisionismo.

Pela maquinação decerto internacional foram jogados como piões os revolucionários, sobretudo os trabalhadores portugueses. O que os fez perder esta batalha. Mas poderemos dizer que esta batalha não foi travada pela burguesia dum lado e pelos trabalhadores do outro. Foi travada por interpostas pessoas, foi travada entre militares que estavam dum lado e doutro da linha que separa os interesses da burguesia dos interesses do proletariado. Mas um dia virá em que a batalha se vai dar entre a burguesia e o proletariado frente a frente. É para esse dia que nos temos de preparar. É nesse sentido que temos de adaptar às novas condições a organização nos quartéis e a organização do Poder Popular. Não podemos repetir mecanicamente as fórmulas do passado como se a situação fosse idêntica; hoje o inimigo está forte ao nível do poder. Mas temos de contar também com as divisões existentes a esse mesmo nível. Quando o PS manda os "militares para os quartéis" isso quer dizer que se quer desfazer dos "Nove" e que apenas quer "usar" as Forças Armadas como suporte para o poder civil. Quando Eanes quer fazer umas Forças Armadas despolitizadas isso também quer dizer que ele se quer desfazer dos militares políticos,

Continuação de pág. 15



Revolução

Saneamento nos quartéis

Durante e a seguir ao 25 de Novembro passou um vendaval sobre os quartéis, que arrastou para fora deles toda a esquerda. Os saneamentos, as passagens à disponibilidade, as transferências foram a regra. Só arrastaram a esquerda. Em compensação reentraram antigos saneados, muitos deles reconhecidos fascistas. Quinze dias depois do golpe e feito o balanço dos quartéis poderemos dizer que: a passagem à disponibilidade em larga escala atingiu o RIOQ, a Carregueira, O RAC, a EPSM, o RALIS e a Academia Militar em Lisboa. Quanto à PM passou tudo à disponibilidade e espera-se pela reincorporação a 8 de Janeiro. Na EPAM instalou-se uma Companhia de Braga. E o Regimento de Engenharia 1 acabou. Também a mesma leva atingiu a província podendo-se dizer que: em Faro, no RIF houve treze saneados e vinte transferidos; em Setúbal, no RIS, houve vinte soldados e sessenta recrutas que passaram à disponibilidade; em Santa Margarida houve igualmente sessenta militares passados à disponibilidade. Também no RIC, em Coimbra, na Figueira da Foz e em Abran tes houve passagens à disponibilidade. E em Estremoz vinte e nove saneamentos de oficiais e milicianos.



Prisões nas cooperativas

A operação "pente fino" desencadeada pelo poder para encontrar armas tem atingido sobretudo os camponeses. Oprimidos secularmente pelo poder central, os camponeses sempre que podem defendem-se deste poder, com os meios que têm à mão. Não é raro os camponeses possuírem velhas carabinas do tempo da guerra dos liberais, escondidas durante anos. A velha "mãe-carabina" é um símbolo da resistência camponesa, seja em Portugal, seja em Espanha, seja nas montanhas do Vietnam. Desta vez a repressão atingiu a zona das Cooperativas de Alcoentre e encontram-se já detidas sete pessoas: Wilson da Torre Bela, Mário dos Santos Gonçalves e Jorge Batista Pinto presos nos dias 5 e 6 na Cooperativa que engloba as quintas da Ferraria e da Ameixoira e João Lourenço e mais três trabalhadores na mesma Cooperativa no dia 9, quarta-feira foram presos pela PSP e pela GNR de Santarém.



A revolução vem do Norte?

As mesmas camadas populares que a direita estimulou na fúria anti-comunista, explorando o descontentamento que existia em relação aos Governos provisórios, mantêm-se agora descontentes em relação ao actual poder. É natural que assim se passe, uma vez que os problemas se mantêm. Agora é difícil que lhes expliquem que só se deviam manifestar contra os outros Governos e contra o outro MFA... Esta semana foram os operários das pedreiras de Braga que ocuparam a delegação do Ministério do Trabalho naquela cidade e são já conhecidas as reacções dos camponeses do Norte contra as buscas feitas pela GNR e pela PSP.

Em no dia 10, quinta-feira, são os operários da Oliva, em S. João da Madeira, que ocupam a fábrica até que sejam satisfeitas as respectivas reivindicações.

O "bom povo" do Norte vai começar a explicar-lhes como é que é a história do "feitico se volta contra o feiticeiro".

